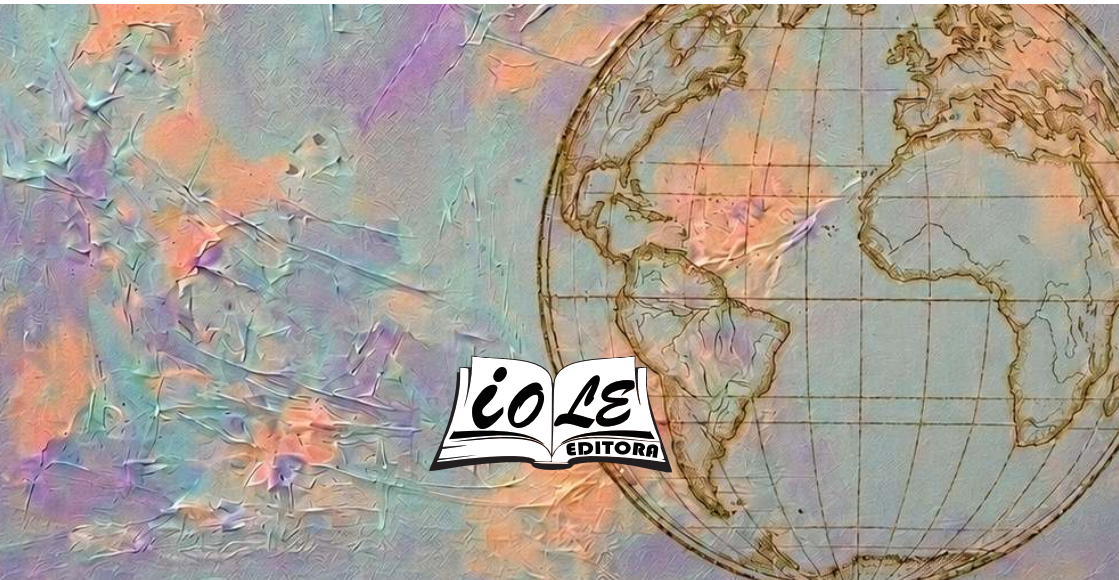
ALTIVA BARBOSA DA SILVA

GEOGRAFIAS de uma VIDA



EDITORA

GEOGRAFIAS DE UMA VIDA

GEOGRAFIAS DE UMA VIDA

ALTIVA BARBOSA DA SILVA

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Si5 SILVA, Altiva Barbosa da.

Geografias de uma Vida. Boa Vista: Editora IOLE, 2026, 99 p.

Série: Literatura. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-3-2
https://doi.org/10.5281/zenodo.21310867

1 - Biografia. 2 - Educação. 3 - Formação Profissional. 4 - Roraima. 5 - Universidade.
I - Título. II - Silva, Altiva Barbosa da. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade da autora.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

Não é a consciência do homem
que lhe determina o ser, mas, ao
contrário, o seu ser social que lhe
determina a consciência

Karl Marx, 1818-1883

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
As Memórias dos Anos 1960, 1970 e início dos anos 1980 15

CAPÍTULO 2 |
A Graduação em Geografia e a Vida Acadêmica na USP 23

CAPÍTULO 3 |
Trajetória dos Anos 1990 a 2004 35

CAPÍTULO 4 |
Trajetória a Partir de 2000 61

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 75

REFERÊNCIAS | 81

SOBRE A AUTORA | 91

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro reúne memórias acadêmicas que se entrelaçam à minha própria história de vida, marcada pela paixão pela Geografia e por uma trajetória profissional construída ao longo de décadas. Ao compartilhar essas lembranças, trago o convite para percorrermos os caminhos que moldaram minha formação, minhas escolhas e a maneira como compreendo o mundo, revelando como experiências pessoais e acadêmicas se fundem em uma mesma caminhada.

Convido você a percorrer comigo fragmentos de lembranças que moldaram quem sou e a forma como compreendo o mundo. Essa viagem tem início entre as décadas de 1960 e 1980, na periferia de São Paulo. Sou filha de migrantes nordestinos que partiram em busca de melhores oportunidades no Sudeste, estabelecendo-se em uma Osasco que crescia impulsionada pelo ritmo das fábricas e dos trens.

Cresci em meio ao trabalho árduo da minha família e aos livros que devorava à luz de velas. Foi nesse ambiente que nasceu o sonho de me tornar professora. Em 1984, conquistei o que parecia impossível para alguém com a minha origem: ingressei na Universidade de São Paulo (USP), onde vivi os anos da redemocratização e das Diretas Já, assim como vim a descobrir a Geografia Crítica, compreendendo o espaço como uma construção social, definindo meu caminho na Geografia Urbana e Política.

O destino levou-me ainda mais longe na década de 1990, quando ingressei no mestrado e recebi uma bolsa para estudar na Alemanha. Morar em Berlim logo após a queda do Muro foi uma experiência cultural e política inesquecível. Além de aprofundar meus estudos sobre a geopolítica alemã para a dissertação, a convivência com imigrantes de diferentes partes do mundo fez com que eu me reconhecesse, de forma mais consciente, como uma mulher latino-americana.

De volta ao Brasil, passei a atuar como consultora e professora em Brasília e São Paulo. Entre 1995 e 2004, dediquei-me às políticas ambientais da Amazônia por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Ministério do Meio Ambiente. Coordenei projetos comunitários voltados ao controle do fogo e assessorei importantes exposições culturais, aprendendo a dialogar diretamente com pequenos produtores e a reconhecer o valor dos conhecimentos construídos nos territórios e pelas comunidades locais.

Meu rumo definitivo mudou em 2004, quando fui aprovada em concurso para a carreira docente e me mudei para Roraima. Viver nessa fronteira amazônica, marcada pela diversidade cultural e pelas dinâmicas internacionais, transformou profundamente minha vida e minha pesquisa. Foi nesse contexto que redefini os rumos do doutorado, concluído em 2007, dedicando-me a investigar como a presença militar e as forças geopolíticas e ambientais moldam as cidades e o cotidiano da Amazônia Setentrional.

Hoje, após mais de vinte anos de dedicação exclusiva à Universidade Federal de Roraima (UFRR), olho para essa trajetória com orgulho e gratidão. Foram dezenas de disciplinas ministradas, laboratórios implantados, projetos de extensão desenvolvidos e, acima de tudo, inúmeras vidas de estudantes com as quais tive o privilégio de aprender e contribuir para sua formação.

Assim, este livro constitui a síntese de uma caminhada que é, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva. Mais do que um memorial apresentado para o concurso de Professora Titular, ele representa o testemunho de uma vida dedicada ao ensino, à pesquisa, à extensão universitária e à construção do conhecimento geográfico. Uma excelente leitura!

Profa. Dra. Altiva Barbosa da Silva

CAPÍTULO 1

As Memórias dos Anos 1960, 1970 e Início dos Anos 1980

AS MEMÓRIAS DOS ANOS 1960, 1970 E INÍCIO DOS ANOS 1980

Um memorial exige que sujeito e objeto estejam imbricados, sendo um momento particular de reflexão e autocrítica, tarefa que às vezes se torna complexa em meio a tanta papelada comprobatória. Tentarei pinçar alguns fragmentos que possivelmente definem minha visão de mundo, minha postura e o meu trabalho.

Quando entrei na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em 2004, eu já tinha percorrido uma longa caminhada profissional e acadêmica. Meu primeiro trabalho assalariado foi aos meus 15 anos numa empresa de restaurantes industriais.

Meus pais eram migrantes nordestinos, vivendo na periferia da Cidade de São Paulo, à época em que Osasco ainda não tinha se emancipado. Eles vieram do agreste de Pernambuco, sem nenhuma formação acadêmica/profissional, para tentar encontrar oportunidades no Sudeste. Tudo ia conforme seus planos, nos primeiros dez anos de casados e com dois filhos, no entanto, após se converterem a uma denominação evangélica, foram doutrinados, e entenderam, que fazer controle de natalidade não era permitido, daí nasceram mais sete filhos. Eu fui a sexta filha.

Para dar conta de sustentar toda esta prole, além do trabalho que meu pai tinha no Frigorífico Wilson como ajudante geral, meus pais foram expandindo a casa, que se tornou um prédio com quartos destinados a vagas alugadas para os peões que trabalhavam nas indústrias que circundavam nossa casa. As tarefas da casa iniciavam-se às 5h da manhã com a preparação do café para os inquilinos. Após a saída dos peões para o trabalho, íamos fazer a limpeza dos quartos, banheiros, corredores e da cozinha, além de encaminhar as roupas para lavar e passar.

Mas, lembro também de ter brincado muito, pois afinal, lá em casa nem precisava convidar ninguém para ter festa. Reunindo nossa família, inquilinos e agregados, eu vivia sempre numa grande comunidade. Naquela época podíamos brincar sem medo na rua, e num "igarapé" que desapareceu com a reestruturação urbana que fizeram mais tarde. Não havia nada naquele trecho que depois, com a construção da Praça, por volta de 1966, foi intitulado Praça 31 de Março – a famosa Paradinha – no entorno da estação ferroviária do Km 18.

Era um bairro de trabalhadores migrantes nacionais e internacionais. Na minha rua tinha duas casas de famílias nordestinas, a de meus pais, provenientes do agreste de Pernambuco e a casa da família da Yedinha – minha amiga de infância - proveniente da Bahia. Considerando que a rua era uma babel com trabalhadores de origem italiana, portuguesa, russa, japonesa, libanesa, dentre outros, éramos – as duas famílias - definidos como "os bahianos", já que se considerava todo nordestino como bahiano naquelas bandas.

O convívio em coletividade é um ponto que marca decisivamente minha percepção do mundo, uma vez que além da quantidade de pessoas, convivíamos sempre num grupo muito diverso, considerando as diferentes origens dos inquilinos. A maioria era de Minas e Bahia, tivemos ainda inquilinos de vários estados brasileiros. Até a chegada da luz no nosso bairro, era comum nos reunirmos no jantar, e ali eu ouvia histórias incríveis da infância e da vida dessas pessoas que encontravam um aconchego nesta pensão, sem a menor infraestrutura para abrigar tanta gente. Muitos só tinham mesmo uma cama daquelas de abrir e fechar, mas era tudo o que podiam pagar, devido aos baixos salários que recebiam.

A vida dura, corrida e de muita pobreza não me impediu de procurar uma fuga nos livros e na escola. Eu era uma criança que adorava ir à escola. Lá era meu mundo particular, pois os poucos

livros que eu encontrava numa sala - meio que depósito de toda bagunça da escola - me transportavam para um mundo mágico. Não obstante ter pouco tempo para me dedicar às leituras, eu roubava tempo da noite, quando as luzes eram apagadas (a luz chegou quando eu completei 10 anos – foi um grande evento no bairro!), e tentava ler à luz de vela, até minha mãe entrar no quarto e dar uma bronca. Mas, as leituras não iam muito além de gibis, fotonovelas, Seleções (*Reader's Digest*), Bárbara Cartland e outras "obras" que trocávamos na banca de jornal, ou encontrávamos no "Ferro Velho".

Estudei toda infância e parte da adolescência no Sesi, que era uma escola gratuita, voltada aos filhos de industriários. A escola funcionava dentro de uma área da Cimaf – empresa de cabo de aço. Ao lado da Cimaf, estavam outras sedes das maiores empresas do país. Osasco era um dos municípios da grande São Paulo, com a maior concentração de indústria nos anos 1960 e 1970, inserido na expansão ferroviária das estradas Santos-Jundiaí e Sorocabana, em sua fase pré metropolitana.

A nossa casa ficava na Avenida dos Autonomistas, a principal avenida de Osasco, antiga Estrada Sorocabana que fazia a integração do interior à capital paulista, no maior eixo industrial e de expansão urbana de São Paulo, no início do século XX. Osasco, emancipada em 1961, se encontrava numa posição estratégica para a expansão industrial, de serviços e comércio, por estar localizada no entorno próximo da capital, dispor de terras ainda não incorporadas à lógica especulativa e possuir mão de obra abundante, dentre outros fatores.

Para suprir a necessidade de produtos básicos ao polo industrial que a cidade se transformara, na avenida dos Autonomistas, foram se instalando vários comércios e serviços, ao longo desde eixo rodoviário, paralelo à ferrovia que conectava o interior à capital. Uma das paradas desta via ferroviária ficava em frente a nossa casa - a Estação de Trem do Km 18, que nos anos

1980, passou a funcionar a aproximadamente 1 km em direção ao bairro do Quitauna.

Portanto, vivendo num parque industrial, silêncio e tranquilidade eram as últimas coisas que se podiam esperar deste local. Mas, na escola, num canto recuado da Cimaf, tínhamos um local todo especial para nossa infância, com muitas árvores, capelinha, campo para empinar pipas, uma área imensa para o lanche, que às vezes, era muito bom.

No plano político, vivíamos a ditadura, que não era muito percebida neste universo de extrema pobreza e alienação do nosso cotidiano. No Sesi, quando eu tinha uns doze ou treze anos, tive apenas um professor que fugia dos padrões da escola – tinha cabelos longos, jeans desbotado e ia com um violão para suas aulas de inglês. Todos amavam aquele professor, e quando ele foi despedido, tive minha primeira percepção da ditadura. Até então, eu tinha percebido a polícia reprimir os grupinhos de capoeira, nas rodas que, às vezes, a rapaziada fazia perto do bar, que ficava na esquina de nossa casa. Sentia também, a partir de umas amigas de escola, e de inquilinos da nossa pensão, que pessoas de religião de matriz africana, não as praticavam com liberdade. E, com a demissão do nosso professor, eu percebi que algo mais sério acontecia no país.

Considerando que não tínhamos televisão nem rádio em nossa casa, centros culturais, ou mesmo condições de sair de casa a não ser para escola, igreja ou a compras, eu não tinha muito canais para debates, ou sequer para obter informações, embora a conversa na mesa do jantar, muitas vezes me trazia elementos riquíssimos do cotidiano daquelas pessoas simples, algumas com imensa sabedoria. Neste sentido, somente mais tarde, quando já podia pagar por meus livros, é que passei a ler compulsivamente toda a literatura, começando pelos livros exigidos no vestibular, e daí não parei mais. Mesmo hoje, que só leio, colocando a letra no zoom 200, ainda me angustio por não poder ler tudo o que gostaria.

O gosto pelo debate político começou na época de adolescência quando meu pai trouxe um livrinho, mais parecido com um gibi, cujo título era: "Um dia na vida de um brasilino" (MARTINS, 1961), que depois os militares tiraram de circulação. Eu achei a abordagem fantástica, pois numa linguagem simples e direta, se explicava o poder do capital, a exploração, a alienação, enfim, eu passei a ser uma ferrenha opositora do imperialismo. Muitas leituras me ajudaram, mais tarde a compreender as diferentes posições ideológicas e teórico-epistemológicas que baseiam nossa ciência, mas, com certeza, o marxismo, visto através de folhetos, nesta fase, foi um bom começo.

Eu pude continuar a estudar e ingressar no Ensino Médio, mesmo com todas as tarefas da pensão, que foi desativada por volta de 1982. O Ensino Médio na escola estadual em Osasco, o CENEART (atual Escola Estadual Antônio Raposo Tavares), permitiu entender alguns processos que o país estava vivenciando entre 1978/1980, e me motivou a estudar História e Geografia, além da Literatura que sempre foi uma paixão.

Aos 19 anos, fui trabalhar como datilógrafa no Bradesco, e lá conheci o movimento sindical, e fiz parte do Sindicato dos Bancários entre 1982 a 1983, quando vivi, em Osasco, a intensidade do movimento sindical, com grandes figuras que participaram e participam ativamente da política nacional, por ocasião das reuniões e greves que aglutinavam diferentes categorias.

Ao iniciar meu curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), em 1984, me demiti do banco, apesar da proposta de remoção para uma agência ao lado da USP, com promoção de cargo e aumento de salário. Aos 21 anos, eu tinha conseguido um feito inimaginável para alguém da minha origem, e meu sonho de ser professora, desde a quarta série primária, parecia então próximo de se realizar. Eu tinha certeza que passar o dia todo num banco não

ajudaria na tarefa da docência que estava por vir, e assim eu inicio uma trajetória que eu desejaria ser possível a todo estudante.

CAPÍTULO 2

A Graduação em Geografia e a Vida Acadêmica na USP

A GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E A VIDA ACADÊMICA NA USP

O início do meu curso de Geografia na USP em 1984 e os anos imediatamente posteriores, coincidiram com intensos movimentos em prol das "Diretas Já". Era o momento da transição para o regime democrático, num interregno onde quase tudo era possível para nós estudantes e demais categorias que sonhavam com um Brasil mais justo, sem pobreza, com liberdade de expressão, com respeito às diferenças, onde uma mulher poderia ter escolhas, e outras pautas que foram se definindo com mais clareza após os 1990, e sobretudo a partir dos anos 2000. Foi uma guinada absolutamente radical na minha vida!

No primeiro semestre de aula, houve uma greve de um semestre, mas a lembrança que tenho é de grupos de estudantes, professores e funcionários (na USP se usava a categoria funcionário para o que chamamos técnico na UFRR), espalhados pelos gramados com aulas ao ar livre de Marilena Chaui, Antonio Candido, Paul Singer e tantas figuras emblemáticas na minha formação universitária.

Durante minha graduação (1984-1988), na USP, tive o privilégio de ser aluna de grandes mestres da Geografia, e um deles, muito especial, o professor Armando Correa, iniciou sua disciplina com a frase desta epígrafe: "É o ser que determina a consciência, ou a consciência determina o ser?" Sua aula se resumia à compreensão profunda deste enunciado, com a indicação de páginas e páginas de referências e muitos debates em grupo. Como tínhamos na turma, alunos em diferentes níveis de maturidade intelectual, houve muitos debates calorosos entre os grupos e a liberdade plena para entendermos a profundidade da questão, através da nossa própria experiência, e métodos que julgássemos importantes.

Na USP eu tentava acompanhar o momento de transformação social do país através de diferentes canais existentes, sobretudo através do Sindicato dos funcionários/técnicos, e do Diretório Central dos Estudantes - DCE. Particularmente, no âmbito do meu curso, participei intensamente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, através da "Comissão de Assuntos Urbanos", e dos inúmeros debates que a USP proporcionava de modo pioneiro no contexto nacional.

Não obstante ter tido aulas teóricas que marcaram minha formação, como as de Heinz Dieter Heidemann, José William Vesentini, Wanderley Messias, Ana Fani, Manuel e Odete Seabra, Regina Sader, Milton Santos, Iraci Palheta, Tonico (Robert Moraes), e tantos outros, as aulas práticas também permitiram um convívio e um aprendizado inesquecíveis. As aulas de campo dos professores Tarifa, Sueli Ângelo, Ariovaldo Umbelino, Jurandyr Ross, Gil Sodero me ensinaram a observar o espaço sob outra ótica, e a perceber os imbricados meandros da pesquisa aplicada, bem como a aplicar o método científico em questões sociais. A aula de campo da professora Maria Adélia para Brasília foi algo notável. Para a maioria de nós, foi a primeira oportunidade de andar de avião, e conhecer o funcionamento de uma cidade que fora totalmente planejada.

Experiências que vivenciei com professores e colegas do meu curso me ajudaram a definir o âmbito de minha atuação. Entrei na USP no momento em que a chamada Geografia Crítica tinha se tornado a tendência predominante entre os mestres, e eu a "seguia". Mas, no interior desta tendência, havia várias outras do campo do pensamento crítico, que eram frutos dos intensos debates dos anos de ditadura, quando muitos geógrafos brasileiros assumiram posição contra o regime ditatorial e propuseram novas abordagens, estas foram consolidadas no famoso texto do professor Ruy Moreira:

"Assim se passaram 10 anos", que toma como marco o Encontro da AGB em Fortaleza, no ano de 1978.

Após acirrada disputa entre a chamada Geografia Crítica e a Geografia Tradicional, comumente vinculada à Geografia Quantitativa, à época, parecia que a escolha pela Geografia Crítica eliminava toda a responsabilidade com a quantificação e a necessidade obrigatória de uma representação cartográfica. Como eu não era afeita a números, acabei deixando de lado este instrumento tão importante da Geografia que eram os mapas, e me dedicando inteiramente ao debate teórico epistemológico do Pensamento Geográfico, e mais exatamente do âmbito da Geografia Política e da Geografia Urbana. Escolha que limitou muito minha atuação em certos grupos mais pragmáticos da Geografia, e em outros círculos que sempre cobram do geógrafo que saiba fazer mapas. Mesmo com a imensa dificuldade em me localizar espacialmente, e me perder a cada giro que faço, eu encontrei centenas de nichos importantes na Geografia, pois, afinal, como diz Milton Santos, o espaço é social! E, é no contexto desta Geografia social que me situo e tento contribuir.

No curso de Geografia, na USP e no CRUSP eu vivi experiências deveras libertadoras. O curso de Geografia, no âmbito da FFLCH, possuía professores que além de uma bagagem teórica ímpar, buscavam sempre dialogar com aquele processo de transformação social, política e cultural que estava ocorrendo no país. As referências utilizadas no curso iam sempre além do campo da Geografia, estando sempre vinculado à História, Antropologia, Ciências Sociais, Economia, Urbanismo, Artes, Literatura, Filosofia, dentre outras. E isto tinha reflexo nas metodologias de ensino. O espaço de aprendizado era todo e qualquer espaço dentro e fora dos muros da universidade. Éramos incentivados a ter participação ativa na sociedade. Lista de presença é algo que não me recordo ter sido cobrada nas disciplinas que fiz, mas a responsabilidade pelo

aprendizado, através das avaliações propostas, esta sim eram cruciais e rigorosas.

Por outro lado, havia uma Constituição a ser reescrita, e lá colocamos todos, ou muitos dos nossos desejos. Através da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), pude também participar de alguns encontros, alguns na Assembleia Legislativa de São Paulo, e discutir algumas pautas que mais tarde seriam inseridas na carta constitucional. Através do DCE e da participação no Sindicato dos Servidores da USP-SINTUSP, e de vários outros grupos que me inseri, acompanhava os debates de grupos de esquerda de todas as tendências: leninistas, trotskistas, stalinistas (até isso!), libelu, anarquistas e tantas outras que dialogavam com o nascente Partido dos Trabalhadores, quando o partido ainda não tinha o foco na disputa eleitoral. Minha participação no SINTUSP vai se dar entre 1989 e 1990, quando ingressei como técnica do Laboratório de Geografia Urbana – Labur - do Departamento de Geografia.

Fui aprovada no primeiro concurso para técnico de nível médio para atender aos laboratórios do curso de Geografia, juntamente com outros colegas que foram para os Laboratórios de Geomorfologia, de Agrária, de Pedologia, dentre outros. Ainda não tínhamos muito clareza de como seria o nosso trabalho, por isso os laboratórios se tornaram espaços muito importantes por aglutinar sobretudo estudantes de pós-graduação, que passaram a se encontrar nestes espaços, em grupos de estudo, e em reuniões com seus orientadores.

O trabalho no Labur pode ser conciliado com meus estudos, minhas pesquisas e atuação em diversos fóruns estudantis, pois o Labur passou a ser um local de encontro privilegiado de professores, alunos e demais pesquisadores que passavam pela USP. Reunia professores como Heinz Dieter Heidemann, Ana Fani, Odete Seabra, Léa Francesconi, Amélia Damiani, Francisco Scarlatto, Margarida Maria, Robert Moraes. O espaço foi mais utilizado nos anos em que

estive por lá (entre 1989-1990 como técnica, e entre 1992-1995, com pesquisadora) pelos professores Dieter, Ana Fani, Odete, Léa e Amélia, que possuíam grupos de pesquisa com seus orientandos e organizavam alguns eventos científicos e culturais para um grupo mais amplo.

Aprendi muito nesses encontros. Realizamos várias atividades de leituras, debates, encontros, minicursos, oficinas. Era também uma oportunidade de ler os originais de obras referências à época: Henry Lefebvre, David Harvey, Jean Gottmann, e outros autores cujas obras ainda não tinham sido traduzidas para o português. O atual professor de Geografia da USP, e à época nosso colega de Pós-Graduação Luis Venturi, oferecia um curso de francês para iniciantes. Eu organizei um curso de alemão para iniciantes, e havia outros colegas da pós que se reuniam para as leituras na língua inglesa.

No Labur tive o privilégio de trocar ideias com professores e colegas que se tornaram referência na minha vida acadêmica da Geografia e quiçá das Ciências Humanas. No meu grupo de pesquisa, "grupo do Dieter", participavam Helion Povoa, Rogério Haesbaert, Fátima Almeida, Aldo Dantas. As pesquisas sobre territorialidades eram conduzidas por Rogério Haesbaert que estava estudando a expansão da fronteira agrícola pelo interior do país. Suas concepções de territorialidade estavam sendo gestadas e discutidas em esboços que constituiriam as noções des-re- e multi territorialização de suas obras nos anos posteriores. Helion Povoa, trazia os importantes debates sobre migração, com um olhar acurado e uma compreensão profunda dos processos que estavam se desenrolando neste âmbito. Outros colegas, como eu, estávamos nos aprofundando nos debates teóricos, conceituais e epistemológicos da Geografia. E, com Perla Zusman, que era orientanda do professor Tonico, realizamos muitas leituras e debates sobre a atuação dos

geopolíticos no contexto de início do século XX na Europa e seus desdobramento na América Latina.

Algumas atividades de campo, como a que realizamos com Rogério Haesbaert pelo sul da Bahia, para verificar a expansão da soja, trouxeram elementos cruciais para pesquisas posteriores. Em duas ocasiões tive oportunidade de verificar empiricamente o debate sobre território, territorialização, territorialidades, modernização, processos identitários com Haesbaert, numa delas visitamos áreas de expansão de soja por famílias gaúchas no interior da Bahia, e outra para verificar os intensos processos de reestruturação da "nova ordem mundial", a partir de uma visita à Praga - capital da República Tcheca, onde verificamos as intensas alterações com a entrada do Capitalismo na Europa Oriental, em 1991.

No grupo da professora Fani, com Glória, com o saudoso colega José Aldemir, da UFAM e outros colegas, eram profícuos os debates sobre a produção e reprodução do espaço urbano, sobre cidade e urbano com um rol de autores essenciais como Henri Lefebvre, Walter Benjamin, Ítalo Calvino, Soja, Harvey. José Aldemir estava escrevendo um livro que é uma grande referência sobre o processo de urbanização que se processou na Amazônia, cujo título é: Cidades na Selva. José Aldemir era um poeta em sua escrita, e um amazônida com acurado conhecimento de sua região. Deixou-nos um importante legado!

Através do Labur, assessorei a professora Ana Fani na coordenação do I Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizada no Departamento de Geografia em 1989. Encontro que reuniu, pela primeira vez os geógrafos brasileiros que se voltavam a esta temática. O Simpósio foi aberto pelo professor Milton Santos e me permitiu conhecer iminentes geógrafos brasileiros como Jan Bitoun, Beatriz Soares Ribeiro, Maurício de Abreu, Aldo Paviani, Lobato Correa, José Borzacchiello, Pedro Pinchas Geiger, dentre outros. Posteriormente, em 1994, a professora Fani publicou os resultados

deste simpósio, sob o título: Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. É um marco importante da Geografia Urbana brasileira.

No grupo da professora Odete Seabra, discutiam-se as complexas transformações socioespaciais da cidade de São Paulo, no bojo da modernização e dos processos especulativos e ingerência do poder do capital público e privado em suas diferentes dimensões. Sua tese: "Os meandros dos rios, nos meandros do poder", publicada em 1987, constituiu-se de um material riquíssimo para entender o processo de urbanização e modernização da cidade de São Paulo, e discutir diretamente com ela e com Sérgio Martins, seu orientando, que escreveu "Cidade sem infância, no universo pioneira de Chapadão do Sul (MS), foi deveras extremamente rico para meu processo de amadurecimento acadêmico.

Na USP o curso de Geografia é até hoje um curso de Bacharelado, a Licenciatura é realizada junto à Faculdade de Educação, apenas por aqueles que desejarem, assim, entre os anos de 1987 a 1989, frequentei o curso de Licenciatura, o que me permitiu conviver com grandes figuras ligadas ao ensino como a professora Nídia Pontuschka, Marísia Buitoni e demais profissionais cuja participação conjunta em projetos posteriores, no Colégio de Aplicação da USP e em cursos de formação junto a sindicatos de trabalhadores contribuíram decisivamente na minha prática de docência.

O que marcou decisivamente meu processo de formação na USP, além dos debates políticos e da participação no movimento estudantil, foi a possibilidade de participar em diferentes grupos de estudo que se formavam pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH. Havia grupos que elegiam autores, outros que se reuniam para ler obras em inglês, francês, alemão, o que significava o mergulho mais profundo na vida dos autores e em suas obras. Esses encontros espontâneos davam a dimensão do compromisso que tínhamos com o conhecimento. As reuniões eram

iniciativas dos alunos realizadas em laboratórios e bibliotecas. Nesses encontros acabei me interessando pela língua alemã e por seu estudo.

Para aprender o alemão, obtive bolsa/trabalho do Instituto Goethe entre os anos de 1988 a 1990, e isto me permitiu mergulhar numa cultura e em processos que se desenrolaram no contexto europeu. O aprendizado da língua alemã incentivava o conhecimento da literatura, das artes, da filosofia e das questões do cotidiano na Alemanha e da Europa em amplo sentido. Este método de aprendizado se encaixava na minha visão freiriana de aprendizado significativo, e orientou minha prática pedagógica ao longo dos anos.

Entrar no prédio do Instituto Goethe, era como se estivesse na Alemanha. Em todos os espaços se falava alemão, até mesmo na cantina. A maior parte da minha bolsa/trabalho foi realizada na Biblioteca, que era um ambiente muito agradável e profícuo aos estudantes de língua que se reuniam ali. Entre o meu trabalho de plastificar a capa dos livros e apoiar a bibliotecária, a gentil Sra. Eda, em outras tarefas, fui conhecendo o rico acervo desta Biblioteca, que além de livros, tinha CDs e DVDs que podiam ser emprestados – nos idos dos anos 80, isso era o máximo da sofisticação para uma estudante sem recursos.

Nos anos de universidade, eu consegui estabelecer um equilíbrio entre as atividades acadêmicas, culturais, sociais e esportiva. Na USP eu aprendi a nadar, a andar de bicicleta, a dirigir, a "interagir" com outros idiomas, e a pensar criticamente. Eu pude fazer isso graças a uma política social voltada a estudantes de baixa renda. Eu encontrei moradia, alimentação, um centro esportivo absolutamente fantástico, morava em uma cidade com Hospital Universitário, dezenas de Bibliotecas, laboratórios, museu e demais espaços culturais e de lazer, além de pessoas que se tornaram a minha família. Foi a redenção dos períodos mais difíceis de minha vida!

Mesmo vivendo em residência estudantil, e obtendo bolsas alimentação, transporte e bolsa trabalho para o estudo da língua alemã, também realizei vários bicos para custear minhas despesas, como pesquisa de opinião, pesquisa de preços, telemarketing, trabalho em bienais, e ainda durante a graduação tive a oportunidade de iniciar meu trabalho como professora substituta de Geografia no ensino básico.

Particularmente na residência estudantil, no CRUSP, tive o privilégio de conviver com estudantes de diferentes cursos, classes sociais, tendências políticas, posições filosóficas... O CRUSP reunia em torno de 500 estudantes em 1984, número que foi ampliando à medida que novos blocos foram incorporados à moradia estudantil. A pluralidade de opiniões e atitudes inimagináveis, nos duros anos de ditadura, eram mais ricas que qualquer aula que pudéssemos ter. Ali havia estudantes que já tinham feito mais de um curso, inclusive, naquela época era permitido matricular-se na USP em mais de uma graduação ao mesmo tempo. Assim, eu estava diante de um grupo com pessoas que já conheciam os grandes movimentos políticos, culturais, estéticos e espirituais, e que propunham uma radical mudança nos costumes e em outros âmbitos da vida social. Sai de um ritmo de Nilton César, Waldik Soriano, Dalva de Oliveira (que se ouvia na pensão), para um show dos Excomungados[1].

Os ventos da democracia permitiram aflorar muitos movimentos que estavam sob forte repressão durante a ditadura. Os movimentos por habitação foi um deles! Eu que havia vivido durante duas décadas num prédio empilhado de pessoas sabia o quão importante para a dignidade das pessoas era essa luta, dentro de um espiral especulativo arrasador que atingiu São Paulo e demais cidades brasileiras.

[1] Banda punk, que foi formada no CRUSP no início dos anos 80, após a ocupação pelos estudantes.

A luta por moradia, após duas mortes ocorridas no Bloco A, a partir de uma briga numa festa, em 1984, permitiu os debates mais inspiradores da minha vida. Seguiu-se um movimento fortíssimo do órgão que administrava a moradia pela retirada de todos os moradores, e consequentemente uma grande resistência, através do "Rebellion Crusp". Esta resistência permitiu os debates mais pedagógicos que já presenciei. Era como se todas as teorias que aprendíamos nos livros estivessem sendo testadas naquelas assembleias acompanhadas pela imprensa, e lotadas de estudantes.

O CRUSP foi minha grande referência de pluralidade, foi a maior experiência pedagógica que uma estudante como eu poderia sonhar nos idos dos anos 80, em São Paulo, na transição da ditadura para a democracia, momento em que estávamos reavaliando tudo, não apenas nos aspectos políticos, mas também nos aspectos socioculturais, estéticos e comportamentais. Residindo no CRUSP, e podendo participar de inúmeras atividades culturais e políticas que a cidade de São Paulo oferecia, mesmo a estudantes sem renda. Neste momento, passeatas, assembleias, manifestações de protesto de toda e espécie, e enfrentamentos com a política, eram parte do nosso dia a dia. Nós estudantes desta geração, acreditávamos que faríamos a revolução!

Esta experiência e leituras abriram um vasto campo para minhas pesquisas e atuação posteriores. Percebi que sem a compreensão das diferentes manifestações culturais, como o teatro, a música, o cinema e as artes de modo geral, e sem a compreensão das manifestações de rua, e de grupos que aquela época eram invisibilizados, minha Geografia se resumiria a um saber sem propósito. O mais importante do aprendizado com os grandes mestres, entre eles os geógrafos, meus professores no curso de Geografia, foi o despertar para esta complexidade do saber.

CAPÍTULO 3

Trajetória dos Anos 1990 a 2004

TRAJETÓRIA DOS ANOS 1990 A 2004

Nesta seção tratarei da atuação acadêmica e profissional durante os anos 1990 até início de 2004. Divido a seção entre 1990 à 1995: anos de realização do mestrado e de estadia na Alemanha. E, entre 1995 à 2003: atuando em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente, como consultora técnica do PNUD/PPG-7, e em São Paulo e Amazônia, em consultorias para instituições governamentais e OCIPs. Neste período também atuei como docente de nível superior em Brasília e São Paulo, em curso de graduação e Pós-Graduação. E, inicio o meu doutorado no curso de Geografia da FFLCH/USP, em 2003.

A PESQUISA DE MESTRADO (1990/95)

Iniciei meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FFLCH-USP em 1990, e no início de 1991, fui contemplada com uma bolsa, através do ASA Programm (abreviatura de "estadias de trabalho e estudo", em alemão), financiada pela Karl Duisberg Geselschaft - CDG. Esta bolsa permitiu uma grande abertura para atuação acadêmica e profissional, mesmo após o seu término, pude engajar-me em outros projetos na Alemanha que ampliaram minha compreensão e visão de mundo num momento tão crucial da história.

Minha dissertação, defendida em 1996, trouxe uma interpretação da geopolítica alemã e de sua relação com a Geografia a partir da Zeitschrift für Geopolitik/ZfG (Revista de Geopolítica), publicada na Alemanha entre 1924-44. Inicialmente tracei um quadro da discussão teórico-metodológica da Geografia na Alemanha no contexto do início do século XX, enfatizando o debate

entre as duas principais tendências à época, ou seja: a Länderkunde (Geografia Regional) e a Landschaftskunde (Geografia da Paisagem), na verdade um debate protagonizado por Hettner e Passarge. No momento em que a Geografia tinha como paradigma o conceito de Paisagem, Hettner vai aprofundar o debate sobre o conceito de Região, encontrando um caminho para a superação da "crise" da Geografia, marcada por dualidades (todo e parte; natureza/sociedade; essência e aparência, dentre outras dualidades geográficas).

Na primeira publicação de resultados parciais desta pesquisa - edição de dezembro/2003 da revista, Estudos Geográficos, foram descritas além das características da Revista de Geopolítica - ZfG e de sua trajetória, o contexto intelectual da República de Weimar, na Alemanha, para compreender, o modo pelo qual a Geopolítica pode encontrar sua base de sustentação, através da *Lebensphilosophie* – "Filosofia de vida em alemão" – podendo ser traduzida como Fenomenologia no campo das ciências.

A partir do conturbado debate teórico epistemológico da Geografia do início do século XX, minha dissertação trouxe elementos importantes do surgimento da Revista de Geopolítica, suas características e atuação dos principais editores e colaboradores, revelando que este periódico passou por fases diferenciadas, e apresentou contradições internas significativas pelo momento histórico de acirramento do nazismo introduziu a modernização e ampliação do escopo da Geografia, bem como consolida uma prática multidisciplinar em sua abordagem.

O estágio realizado na Alemanha, durante os anos de 1991 e 1992, permitiu o contato com pesquisadores que tiveram convívio direto ou indireto com aqueles que presenciaram os conflitos das duas guerras mundiais. Permitiu também o acesso a cursos e a novas pesquisas que abordam a temática da Geopolítica, bem como, o acesso a documentos do "Archiv für Geographiegeschichte" –

Arquivo geográfico e histórico do Instituto de Geografia da Universidade de Hamburg, organizado pelos professores Gehard Sandner e Mechtild Rössler, com a finalidade de investigar a história da Geografia deste século. Esses professores deram uma contribuição significativa ao meu trabalho, durante o curto período de estadia na Universidade de Hamburg. Ofereceram ainda sugestões e pistas valiosas para o debate geográfico que se travava no Brasil e América Latina.

Compreender este movimento dentro da Geografia permitiu ver os equívocos da Geografia Brasileira, à época, em aceitar a suposta separação entre a "Geografia Determinista alemã" versus a "Geografia Possibilista Francesa". Na verdade, o que estava ocorrendo no início do século XX, sobretudo no contexto alemão pós primeira Guerra Mundial, era um intenso descrédito da chamada racionalidade científica, e a busca por outras abordagens que dessem vazão aos sentidos, às emoções, ao vivido, e propusessem uma transgressão às regras e métodos da ciência.

Este movimento renovador operou em múltiplas direções, na arte, na cultura, na política, na moda, nas tecnologias, enfim, em todos os âmbitos da sociedade, e a ciência vai acompanhar esta tendência. No caso, da França, as Escola dos Annales, protagonizada por Lucien Febvre, M; Bloch, F. Braudel traz importantes contribuições compreendidas no âmbito do Historicismo – uma vertente que explica o diálogo que Vidal de La Blache e outros geógrafos franceses trouxeram para a Geografia.

Alguns estudos, dentre eles, vários ensaios da Zeitschrift für Geopolitik, indicam que a solução encontrada para o não distanciamento dos parâmetros conceituais do pensamento científico da época, ao mesmo tempo em que se incluía na análise categorias da vivência individual, da percepção, do sentimento foi o vínculo ao Historicismo; já que "para um historicista, as ciências do espírito só são compreensíveis mediante a vivência [...], através do contato

direto, imediato, total, com o objeto que se quer entender, e utilizando também, se necessário, a sensibilidade" (CAPEL, 1981, p. 316).

Segundo este autor, "a introdução do desenvolvimento histórico como elemento essencial da realidade social de algo, implica a aparição do particular e do singular como objetivo do conhecimento científico". Esta afirmação da particularidade e singularidade vai ocorrer, portanto, através da "escola regional e da paisagem", conferindo legitimação ao método idiográfico da ciência (CAPEL, 1981, p. 318).

Neste sentido, pudemos dizer que o que estava se chamando de Historicismo na França, tinha conexão com a *Lebensphilosophie* alemã, e que se vinculava a um debate mais amplo entre a teoria crítica e a teoria tradicional, em voga na época, sendo que no Brasil este debate ficou mais restrito ao âmbito filosófico denominado: Fenomenologia.

Portanto, minha pesquisa, após leituras de obras geográficas produzidas na Alemanha, França, Estados Unidos, Inglaterra, entre final do século XIX e início do século XX, aponta que o Geodeterminismo deve ser compreendido em sua base Positivista, onde as leis da natureza são aplicadas a sociedade, como se não houvesse diferença em seus pressupostos, enquanto, no Historicismo, a história, o singular, o vivido ganham dimensões importantes para a análise científica, superando assim, a pseudo ideia de uma tendência determinista em oposição a outra possibilista.

Os resultados parciais desta pesquisa de mestrado foram publicados em quatro textos. Em 1993, na Actas Latinoamericanas de Varsovia, com o título: A nação, o estado/nação e o território a partir dos estudos dos geopolíticos alemães, após minha participação na V Reunión del Grupo de Trabajo 'Estudios Regionales' –

CEISAL, em Varsóvia, em junho de 1992. No encontro organizado pelo professor Milton Santos: O novo mapa do mundo, em São Paulo, publicado em 1995, com o título: História da geografia e da geopolítica: tabus e problemas, após minha participação na mesa redonda intitulada Geopolítica e Integração Regional. Em 2003, foi publicado o artigo "A Geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica", na Revista da Unesp: Estudos Geográficos. E, por fim, foi publicado o artigo: A renovação da Geografia na Alemanha nas primeiras décadas do século XX, na Revista Acta Geográfica, do PPG-GEO/UFRR em 2007.

A EXPERIÊNCIA EM BERLIM APÓS A QUEDA DO MURO

Paralelamente a rica experiência da pesquisa de mestrado, viver em Berlim/Alemanha entre os anos de 1991 e 1992, representou uma oportunidade ímpar de conhecer um mundo totalmente inédito para mim, pois a cidade recebia um grande fluxo de pessoas de todos parte, após a queda do muro, em novembro de 1989, sobretudo dos países do leste europeu. Estar ali permitiu visitar alguns países mais próximos, pelo acesso fácil, dado pelas conexões por linhas de trens e por estradas, que depois de longos anos da "cortina de ferro", foram abertas à circulação.

O choque entre os dois mundos (Capitalista/Socialista) era visível a partir desta cidade, onde a cada cantinho se podia topar com algo inédito. Particularmente no "bairro turco": Kreizberg, muitos desabrigados passaram a se aglutinar em prédios em ruinas da ex DDR (Deutsche Demokratische Republik) – República Democrática da Alemanha (a parte leste da Alemanha atual), e é por lá que se começa o processo de gentrificação, anos mais tarde.

A entrada maciça de imigrantes dos países do leste europeu revelou um mundo além muro, destroçado pela experiência socialista catastrófica em muitos aspectos, porém com muitos aspectos positivos para a população. Aspectos estes que até hoje são pautas de reivindicações de um grupo que vivenciou outro regime que lhes garantia maior formalização no trabalho, responsabilidade pelas crianças para que as mães pudessem se dedicar ao trabalho, inclusive equiparação salarial entre os sexos, e demais pautas que o mundo capitalista não oferece, apesar de todo discurso de igualdade e participação ampla de todos os gêneros.

À época da reunificação, a Alemanha Ocidental (BRD) - chamada de Westdeutschland (Alemanha do Oeste), apresentava um grande contraste em relação à Alemanha Oriental (DDR) - chamada de Ostdeutschland (Alemanha do Leste). Era visível a penúria em que esta última se encontrava. Assim, o capitalismo do ocidente com os resquícios do Welfare State, atraia uma massa expressiva de pessoas para o lado ocidental, levando ao aumento de conflitos que irão opor o Westdeutscher (alemão do oeste) ao Ostdeutscher (alemão do leste), ou conflito *Wessi/Ossi*, numa simplificação, normalmente pejorativamente, dos termos: Westdeutschland e Ostdeutschland, respectivamente.

Vista de seu interior, esta unificação e entrada maciça de migrantes e refugiados trouxe também à tona muitos ressentimentos e formas de xenofobia. O alto custo da reconstrução dos países do leste europeu e outros fatores que dividiam as várias culturas exigia uma política muito cautelosa para conter os ânimos das alas radicais, contrárias à reunificação. À época o chanceler Helmut Kohl estabeleceu uma política de solidariedade para reconstrução da ex-DDR, com desconto automático de todos os salários dos trabalhadores na Alemanha. Particularmente, a equiparação salarial e demais condições infraestruturais e sócio econômicas entre a parte ocidental e oriental da Alemanha é um assunto que até hoje leva a

polêmicas e conflitos que ressuscitam discursos e práticas da extrema direita.

Todo este cenário nos afetava de algum modo e era pauta de nossas conversas na casa de estudante (Studentwonheim), onde morei, no bairro de Grunenwald. Ali convivíamos com estudantes latinos, curdos, africanos, afegãos, iranianos, palestinos, russos e demais países. Esta vivência descortina um mundo totalmente diferente do que eu conhecia até então, pois apesar de algumas leituras e debates, o curso de Geografia na USP não tinha as famosas "cadeiras regionais", como na Alemanha. Onde cada docente tem foco numa determinada região do globo. Também nesta época não tinha internet, e raramente a imprensa brasileira tinha correspondentes atuando nesses países, de modo que este contato direto com diferentes culturas me permitiu ver não apenas um lado do mundo que eu desconhecia, como também ver o Brasil com outras lentes.

Os encontros no Instituto Latino-americano de Berlin – LAI/FU-Berlin com pesquisadores latino americanos e latinoamericanistas foram uma oportunidade ímpar de conhecer um pouco da história e dinâmica desses países vizinhos e compartilhar um pouco do que eu sabia sobre o Brasil. Naquela época havia um grande holofote sobre as comunidades, sobretudo do Rio de Janeiro, além de grandes debates sobre a Amazônia. Havia inclusive forte incentivo e bolsas voltadas a pesquisa sobre o Brasil em vários centros de pesquisa alemães. Mas, com a queda do muro, muitos desses centros deixaram de ser prioridade, uma vez que vultosas somas de recursos tiveram que ser canalizadas para a recuperação do leste europeu.

Como parte de minha pesquisa frequentei duas disciplinas na Universidade Livre de Berlim - FU Berlin, uma no Departamento de História, com o título "Geopolitik", ministrada pelo professor Wolfgang Wippermann e outra no Instituto Latinoamericano –

LAI/Berlin, ministrada pelo professor Manfred Nitsch, com o título: América Latina: Meio Ambiente e Desenvolvimento. O rico material resultante destes debates serviu tanto para minha dissertação de mestrado, como para minha atuação posterior em programas ambientais no Brasil, pois a Alemanha desde os anos 1990, tem sido grande financiadora de programas e projetos ambientais no nosso país. O que se implantou no Brasil em termos de políticas ambientais tem forte vínculo com os debates que circulam nos países do centro do capitalismo. Em relação a esse tema, o item sobre a implantação do PPG-7 logo adiante, esclarece o modo pelo qual os países centrais propõem e protagonizam as políticas ambientais em países como o Brasil.

É importante destacar que foi um grande desafio permanecer na Alemanha após o término da bolsa do *ASA Program*, uma vez que na maioria absoluta dos financiamentos a estudantes externos, os países financiadores, através de suas instituições de pesquisa, estão interessados em pesquisas que versem sobre o nosso país de origem. Há uma política clara de interesse em dados sobre nossas comunidades e nosso ecossistema. Quando se vai a Alemanha para estudar a história deste país, sobretudo de um período com tantas controvérsias e acirramento das ideias nazistas, as possibilidades de bolsa são raras, neste sentido, a sensibilidade e receptividade dos dirigentes do *ASA Program* à minha proposta de pesquisa foram cruciais, pois de fato abriram uma porta a uma pessoa que não se encaixaria nas políticas de fomento existentes.

Entretanto, o período de intercâmbio através do ASA durou apenas seis meses, e neste ínterim, eu já tinha estabelecido convívio muito próximo com estudantes e trabalhadores migrantes a partir de minha inserção no "Centro de estrangeiros - Ausländerzentrum" - dirigido pelo Dr. Ton Verkampf. Neste centro, nos reuníamos regularmente com migrantes e refugiados do chamado, à época, Dritte Welt (Terceiro Mundo), para troca de experiências, debates e

ajuda mútua. Ali pude entender a trágica realidade dos curdos, palestinos, iranianos, e tantos outros povos, inclusive de europeus de países centrais que viviam situações de pobreza em seus países. Neste contexto, o Brasil deixava de ser apenas um lugar lúdico, ou a caricatura de favelas, bandidos, indígenas e moradores de rua, era antes de tudo, parte da América Latina, com todas as similaridades da história, assemelhando-se também à história dos turcos, dos persas, dos africanos, asiáticos e demais povos submetidos à exploração do capital e das ideologias até aquele momento.

Os encontros para debater essas contradições nas realidades dos participantes do *Ausländerzentrum*, como a pobreza, a miséria, a falta de liberdade, a perseguição e a violência de todo tipo, eram também contrabalançados com uma rica troca cultural com esse grupo, pois nos reuníamos em diferentes ocasiões em Berlim e localidades próximas, podendo compartilhar vivências e atuar em prol dos direitos humanos em diferentes contextos, que de outro modo seriam impossíveis. Ademais, o carinho e a solidariedade que o Ton - o dirigente deste Centro - nos dispensava, fez dele uma figura central nas nossas vidas.

Particularmente importante foi perceber-me de fato latino-americana, uma vez que no Brasil é comum esta separação inconsciente entre Brasil e América Latina, como se não estivéssemos no mesmo grupo. Isto é perceptível quando estamos fora do Brasil, há sempre um "teste" para saber se não somos "imperialistas", ao adentrarmos nesses grupos de migrantes latinos. Este atestado de latinidade não era exigido dos migrantes latinos de outros países. Esta experiência me ajudou a compreender a importância da solidariedade entre os nossos povos e a necessidade aprofundar nossas relações Sul-Sul, para além da pesquisa acadêmica.

Este intercâmbio na Alemanha redefiniu em muitos aspectos minha visão de mundo. Tive oportunidade de fazer uma releitura

sobre o Brasil, sobre o nosso processo de redemocratização, sobre a nossa história, sobre os acontecimentos recentes do Brasil e do mundo e sobre minha própria existência e prioridades. A velocidade das mudanças que se processaram naqueles anos em que estive no centro dos acontecimentos que mudaram decisivamente os paradigmas planetários, deixou a sensação de que décadas se passaram neste curto período da queda do muro de Berlim e início dos anos 1990.

A EXPERIÊNCIA EM CONSULTORIAS E DOCÊNCIA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS (1995 A 2003): O PPG-7

Minha inserção em programas e projetos de cunho socioambientais na Amazônia, iniciou-se durante o período de finalização de meu mestrado, em 1995, quando passo a integrar a equipe de consultores do PPG-7 – Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, no escopo do Programa das Nações Unidas - PNUD, com atuação direta no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. Participei das ações do Subprograma Política de Recursos Naturais/SPRN, durante os anos de 1995-2001. Entre 2001 e 2002, coordenei o Programa Fogo, emergência crônica, executado pela Organização não governamental internacional: Amigos da Terra, e a dei assessoria à Exposição Amazônia.br, realizada pela ONG “Saúde e Alegria”, com sede em Santarém/PA.

Como exposto no item anterior, os anos 1990 foram paradigmáticos em vários âmbitos: social, cultural, político e econômico, e para acompanhar todas essas mudanças era necessário rever nossos conceitos e nossa prática, ao mesmo tempo em se tornou também necessário entender a grande mudança tecnológica que reconfigurou a noção de tempo e espaço na maior parte do planeta. No Brasil, a abertura ao mercado externo, promovida pelas

políticas neoliberais, foi acompanhada de uma radical mudança constitucional, que colocava em pauta vários temas de cidadania negligenciados nos anos de ditadura militar.

A emergência das questões ambientais amplamente discutidas no LAI/Berlin, com grande apelo após o assassinado de Chico Mendes, em 1988, e a repercussão na mídia de outros temas como o desmatamento, as queimadas, o descaso com as comunidades indígenas e tradicionais, exigiam uma nova prática geográfica e um novo aprofundamento teórico conceitual. Neste aspecto, após cinco anos de dedicação ao meu mestrado e à grande dificuldade de bancar uma pesquisa de cunho teórico, com toda uma literatura em língua estrangeira, eu me candidatei a uma vaga de consultoria para o Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais - PPG-7.

Assim, inicio uma das experiências mais interessantes no ramo da pesquisa e da prática geopolítica que se poderia desejar no contexto das grandes transformações do início da década de 1990. Indicada para atuar no Subprograma Política de Recursos Naturais – SPRN, um dos Subprogramas do PPG-7, voltado a gestão de políticas ambientais em toda a Amazônia, fui designada para acompanhar os projetos desenvolvidos no âmbito deste Subprograma, nos Estados do Mato Grosso e Rondônia, e posteriormente, Acre e Amazonas, embora participássemos de atividades específicas nos demais estados amazônicos.

Partindo de uma formação acadêmica, durante a graduação na USP, marcada por pela compreensão sobre a expropriação e violência do processo de incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial, nas preciosas aulas dos professores Ariovaldo Umbelino e Iraci Palheta Amazônia, tinha apenas a visão de uma região explorada em todos os sentidos e com políticas, projetos e programas equivocados e devastadores promovidos por agências nacionais e internacionais, como a SUDAM, BNDES, BASA, BIRD, empresas

nacionais e multinacionais e demais agentes públicos privados responsáveis pela perversidade que ainda se observa na Amazônia.

Após os projetos extremamente nocivos ao meio ambiente: Projeto Minero-metálico Grande Carajás, Prodeagro, Planafloro, estradas e demais projetos estruturais voltados ao desenvolvimentismo, o Brasil decide acatar os debates e acordos internacionais em prol do meio ambiente, e especialmente o Banco Mundial, é pressionado a assumir o *mea culpa, mea máxima culpa,* em relação aos bilhões de empréstimos que serviram a devastação de florestas, sobretudo na Amazônia brasileira.

Neste cenário, o Programa Piloto foi concebido em parceria com os países do G-7[2], após discussões já iniciadas em fóruns internacionais, consolidadas na ECO/92, através de comprometimentos de repasse de recursos destinados às florestas tropicais brasileiras para superar a visão depredadora que marcou a ocupação da Amazônia e atingir o que se instituiu como "desenvolvimento sustentável". O início do programa em 1991, estava focado na identificação, demarcação e preservação de Unidades de Conservação, embora no desenrolar de sua implementação, tenha inserido em sua agenda outras questões de ordem social.

Em 1995, ano que ingressei no PPG-7, ainda se executavam ações pontuais e fragmentadas, apesar da importância das mesmas, elas acabavam não tendo a efetividade e visibilidade de uma proposta conjunta e coordenada pelos próprios estados, como se dará a partir de então. Estava também em pauta a necessidade de se aprimorar os instrumentos de gestão dentro de uma visão modernizadora dos países centrais, de dar voz a diferentes setores,

[2] Inicialmente, Alemanha, França, EUA, Reino Unido, Itália, Japão e Canadá. Com o tempo novos doadores foram se incorporando ao programa, e outros, que eram basicamente observadores, deixaram de participar.

após os longos anos de ditadura, de superar a visão de soberanias e hierarquias para uma visão cooperativa[3]. As políticas de abertura dos anos 1990 exigiam a incorporação de parcelas territoriais ao modelo capitalista flexível e aberto ao diálogo direto entre sujeitos e instituições, sem necessariamente, a mediação direta dos Estados, um estado mínimo, como apontam muitos autores (BURSZTIN, 1993).

Neste sentido, a implementação das ações do Subprograma Política de Recursos Naturais/SPRN, em estados como Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, nos quais participei diretamente, se dava em um ambiente transicional, ainda com mentalidades das grandes obras impactantes e modus operandi financeiro restrito à Lei Orçamentária 8.666/1993, que teve que ser agregada ao rigoroso acompanhamento do BIRD e cooperações técnicas, situação que sempre desagradava aos estados.

Para o governo brasileiro que abraçou sem ressalvas a entrada no mercado capitalista internacional, ceder parte do território para implantação de políticas ambientais, em parceria com instituições externas, pareceu um bom acordo, num momento em que o país tinha elegido Collor de Mello, na disputa com o atual presidente Lula da Silva, para governar o país. Conforme Becker, as políticas públicas brasileiras, de modo geral, deixaram de ser exclusivamente estatais e centralizadas, e foram assumindo formas de rearticulação em variadas escalas e diversificação. Segundo a autora, "as novas redes de poder no território amazônico, constituem-se em recentes vetores marcados por novas exigências da sociedade civil que requerem uma nova postura de governo nas suas

[3] Sabemos que as assimetrias entre os países não deixaram de existir apesar deste discurso. Mas, de fato os anos 1990 foram marcados pelo "espírito da cooperação" em oposição aos anos de contenção, de soberanias, que acabaram sendo ressuscitadas pós Trump.

ações em geral: descentralizada, flexível, aberta às parcerias e tecnicamente avançadas" (BECKER, 1997, p. 12).

Assim, como parte da equipe do SPRN, nossa primeira tarefa foi identificar os mecanismos para corrigir as deficiências institucionais que inibiam a implementação da política ambiental nos estados amazônicos. Para se chegar a algum resultado foram realizadas inúmeras reuniões e missões nos estados amazônicos, através de nossa equipe e de consultores *ad hoc* que já estavam concluindo seus diagnósticos socioeconômicos e ambientais - base de ações dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada/PGAI, em alguns casos.

O SPRN, nos meados da década de 90, foi coordenado pela geógrafa Nelly Mello, secretária técnica do subprograma, e tinha como consultores *ad hoc* pesquisadores geógrafos como Bertha Becker, Cláudio Egler, Lia Osório, Jurandyr Ross, além da equipe internacional de peritos e consultores permanentes em cada estado amazônico. Ademais, pesquisadores renomados de diferentes áreas do conhecimento e das mais importantes instituições de pesquisa do país contribuíram com o programa em diferentes momentos de sua execução (INPE, INPA, Embrapa, IBGE, MPEG, dentre outros). No Grupo de Trabalho Técnico Permanente – GTTP[4] também tinham acento instituições como Incra, Ibama, Funai, Secretaria de Assuntos Estratégicos/SAE, Secretaria de Segurança Pública, ONGs.

A esta estrutura complexa de membros de grupos de trabalhos em cada estado amazônico; membros de grupos de trabalho ao nível regional, nacional e internacional, foram incorporados sujeitos sociais excluídos das políticas públicas ao

[4] O GTTP era um grupo que se reunia em Brasília, opinava e deliberava em nível regional, ou seja, para o escopo do SPRN dos nove estados amazônicos. Em cada estado havia, no entanto, um Grupo de Trabalho/GT, para as deliberações dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada/PGAI, em nível estadual.

longo de nossa história: os representantes de organizações da sociedade civil, que tiveram papel importante em várias ocasiões, embora o programa, desenhado pelo BIRD, doadores internacionais e membros seletos do governo brasileiro, apresentasse uma estrutura burocrática hierarquizada, como concepção inicial. A ampliação da participação social foi paulatina e após exigência tácita dos doadores e BIRD, amparados por uma equipe de especialistas de instituições nacionais e internacionais.

À equipe técnica do SPRN cabia identificar os mecanismos operacionais para a execução dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada – PGAI, em estreito vínculo com as cooperações técnicas, que no meu caso, acompanhando os estados do Acre e Amazonas, era fornecida pela – *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*[5]- GTZ, e com as equipes estaduais. Nos situávamos numa posição bem delicada para não dizer que "recebíamos pauladas de todos os lados", pois conciliar os interesses estaduais para a política de meio ambiente com os diferentes agentes sociais de um estado já é um desafio tremendo, ademais atender as exigências do BIRD e doadores do PPG-7, levava muitas vezes a infindáveis negociações e conflitos internos no programa. O programa tinha diferentes fontes: KfW, CEC, RFT, GTZ, DfID[6], sendo que cada uma delas tinha uma cultura institucional e *modus operandi,* às vezes, inconciliáveis.

Dada a complexidade dos programas e projetos ambientais bi e multilaterais foi necessário um longo período de negociações entre o governo brasileiro e as cooperações técnicas e financeiras dos países do G7 para que se chegasse a um formato que atendesse as

[5] Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, é uma agência de cooperação técnica alemã, fundada em 1975, com atuação em vários países, além do Brasil.

[6] KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau ("Agência de Crédito para a reconstrução" - banco alemão), CEC (Comunidade Econômica Européia, atual União Européia), RFT (Rain Forest Trust), DfID – Department for International Development. (Cooperação Técnica do Reino Unido).

demandas dos estados e municípios amazônicos, no que concerne ao SPRN. Várias alterações e adaptações foram processadas ao longo de praticamente duas décadas de existência, ou seja, até 2009, para inserção de ações e áreas não admitidas no início deste subprograma. Havia uma concepção de floresta que acabava excluindo as áreas de cerrados, que como sabemos estão presentes em diferentes porções do bioma amazônico[7].

Ademais, áreas urbanas ou rurbanas e atividades de cunho socioeconômicos não eram admitidas no escopo básico do SPRN, apesar do sólido debate existente sobre a "floresta urbanizada" de Bertha Becker; trabalhos da professora Lia Osório, dentre outros, que apontavam as urgências dos problemas ambientais nas áreas urbanas, nas áreas de assentamentos, enfim, a realidade mostrava que o conceito de floresta preservada e sustentável não poderia negligenciar o espaço onde de fato as pessoas vivem e produzem, e geram passivos ambientais.

Dentre o grupo de pesquisadores geógrafos, atuantes no PPG-7 e que deixaram um grande legado para o debate socioambiental na Amazônia, durante o período em que atuei neste programa, destacam-se, além das professoras Bertha Becker e Lia Osório, os professores Wanderley Messias da Costa, Jurandir Ross e Robert Moraes, que formaram a base de um debate e uma práxis que até hoje fomenta a estruturação dos órgãos ambientais na Amazônia e de diversas ações afins.

Nos anos noventa, uma forte polêmica voltava-se aos instrumentos restritivos e punitivos que o Subprograma Política de Recursos Naturais - SPRN priorizava em seu escopo, ou seja:

[7] Para pontuar o desconhecimento da realidade amazônica, num dos depoimentos que ouvi em relação a um sobrevoo em Roraima, com os parceiros internacionais, foi relatado o espanto de alguns com as extensas áreas desmatadas, quando se tratava de área de campos naturais.

controle, monitoramento e fiscalização e o próprio Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE. Estes instrumentos interferem diretamente em interesses de grupos poderosos que operam com a conivência com o próprio estado. Neste sentido, houve um longo processo de negociações com diferentes sujeitos sociais, bem como a busca de instrumentos inovadores para que em anos posteriores, muitos políticos e empresas aderissem à causa ambiental, percebendo ser uma pauta positiva também para seus propósitos.

Conseguiu-se assim um avanço no sentido da implementação, em todos os estados amazônicos, de Conselhos de Meio Ambiente, Comissões de Zoneamento Ecológico Econômico, dentre outros mecanismos exigidos pelo Programa Piloto, embora alguns estados já possuíssem mecanismos de controle, monitoramento e fiscalização implantados, embora com pouca ou nenhuma efetividade. O BIRD exigia a comprovação dos editais e reuniões de colegiados, que como sabemos, não ocorrem sem pressão da sociedade e/ou sem a expectativa de fomento a determinadas atividades.

As exigências quanto à participação ampliada de vários setores da sociedade na realização do ZEE foram importantes para a compreensão generalizada de que este instrumento não poderia ficar restrito a um grupo de especialistas. Inicialmente, foi indicada a necessidade de elaboração de cartas na escala 1:250.000, e posteriormente, 1:100.000, seguindo uma metodologia que incorporava todos os aspectos geográficos para se chegar à definição de usos apropriados do território, e principalmente, que privilegiasse a participação da sociedade civil, para posteriormente chegar a escalas adequadas para o planejamento, com participação efetiva da comunidade na definição de políticas territoriais (BECKER; EGLER, 1996).

O Zoneamento Ecológico Econômico, foi motivo de grandes polêmicas conceituais, políticas e de grupos de interesses diversos,

além daquelas de ordem geopolítica do governo brasileiro e dos países do G7, tendo sido para mim uma oportunidade ímpar de aprendizado tanto das questões teórico-conceituais e técnicas do ZEE, como também dos bastidores políticos inenarráveis aos longos dos seis anos em que participei do Programa Piloto.

À equipe técnica do SPRN cabia a elaboração de pareceres técnicos, termos de referência, relatórios de monitoria, acompanhamento e avaliação, estudos, notas técnicas, capacitação para elaboração de projetos, visitas e missões, articulação com GTs, participação em reuniões, dentre outros. Neste sentido, como manejávamos documentos internos, tínhamos o compromisso ético de não divulgação desses documentos, ademais a relação sujeito/objeto dificultava eventuais publicações.

A literatura a respeito desse programa é bastante ampla, inclusive por ter sido monitorado interna e externamente, através de análises periódicas do IAG - International Advisory Group[8]. E, de entidades como a OCIP Amigos da Terra, dentre outras. É importante destacar que dada a amplitude do programa e da multiplicidade de vozes, é impossível uma análise ou uma interpretação unidirecional de sua execução. Certamente deve-se considerar o lugar de fala de cada sujeito que participou, ocasião e ação específica em que se inseriu, posicionamento peculiar de cada um, e outros fatores.

[8] International Advisory Group/IAG (Grupo de Consultores Internacionais Independentes). Este comitê teve importância central no acompanhamento do PPG-7 pois reunia um grupo seleto de especialistas dos países doadores e de instituições brasileiras para assessorar a elaboração e execução dos projetos do PPG-7, que via de regra, devia ser crítica e independente. Entre seus representantes destacam-se: Bertha K. Becker, Hervé Théry e Gerd Kohlhepp.

O PPG-7 como um todo tornou-se um processo inovador de aprendizado em grande escala[9], não se limitando ao planejamento da conservação ambiental, mas contemplando alternativas sócio-econômicas voltadas aos pequenos produtores e contribuindo decisivamente para o processo de mudança social e cultural ao longo de sua implementação. A exemplo, a criação de Unidades de Conservação, a demarcação de Terras Indígenas, os Projetos Demonstrativos-PDA, o ZEE com a inserção de diferentes grupos subalternizados e, portanto, sem uma visão meramente restritiva e normativa.

Neste sentido, a oportunidade de participar diretamente desse diálogo com as Secretarias de Meio Ambiente estaduais na mediação com as cooperações técnicas e BIRD, para incorporação de algumas ações que se distanciavam de uma concepção preservacionista estreita, deixou um legado importante para toda a minha atuação profissional. No âmbito das políticas públicas ambientais, os conhecimentos produzidos no PPG7 como um todo servem até hoje de diretrizes que norteiam os planos de governo nos níveis federal, estadual e municipais. Foi um programa inovador em termos de cooperação internacional, e parcerias com vários setores da sociedade. Esta experiência além de servir como uma base preciosa para minhas atividades na docência, também serviu para refletir a problematização do meu doutorado, em anos posteriores.

COORDENAÇÃO DO PROJETO FOGO: EMERGÊNCIA CRÔNICA E ASSESSORIA AO PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (2001 A 2002)

De grande importância na minha trajetória foram também as consultorias realizadas com as ONGs Amigos da Terra e Saúde e

[9] Segundo o site do MMA, O PPG7 investiu U$ 463,1 milhões na implementação de projetos sustentáveis na Amazônia e na Mata Atlântica.

Alegria, pois representaram um grande aprendizado da prática no terceiro setor, que é um setor que exerceu e exerce um papel crucial nas políticas sociais e de direitos humanos e de alternativas de sustentabilidade socioambientais, sobretudo na Amazônia cujo processo de organização foi mais lento que em outras regiões do país.

A ONG Amigos da Terra era presidida por um renomado ambientalista, Roberto Smeraldi, com financiamento do governo italiano, e parceria com empresas públicas e privadas na realização de políticas e ações voltadas à diminuição do fogo e queimadas; uso sustentável de madeiras; cadeias produtivas e comunicação em áreas prioritárias da Amazônia.

Quando ingressei na coordenação regional do Programa: Fogo, emergência crônica[10], no ano 2001, para o acompanhamento de ações voltadas à diminuição do fogo e queimadas em municípios dos estados do Acre, Para e Mato Grosso, o programa já apresentava resultados promissores, desde sua criação em 1999, alcançados pelos beneficiários diretos e equipe que me precedeu, ademais possuía um formato para repasse e utilização de recursos extremamente mais simples do que os projetos de cooperação multilaterais que eu parcipara no âmbito do PPG-7.

Atuando no escritório sede da ONG Amigos da Terra, em São Paulo, eu realizei algumas visitas aos municípios do Pará, Mato Grosso e Acre, para participação direta com os produtores rurais, e outras instituições parceiras, e pude de fato aprender muito sobre a implementação de um programa exitoso, com ações exequíveis em pequeno e médio prazos. Smeraldi, jornalista de profissão – o diretor da ONG – além de uma percepção aguçada sobre as questões ambientais, me ensinou a preparar *release*, em tempo real, pois a

[10] Após 2002, este programa ficou a cargo da ONG: Instituto Centro de Vida-ICV, no Mato Grosso.

cada ação tínhamos que apresentar um relato conciso para divulgação e envio aos parceiros e apoiadores do programa. Nessa época, em 2001, eu acompanhava a execução do Programa Fogo em onze municípios dos estados citados, e em cada um desses locais que realizamos os Protocolos Municipais sobre Fogo, eu tive oportunidade ímpar de dialogar com diferentes setores envolvidos no programa.

O Programa Fogo tinha o mérito de conseguir ouvir os diferentes setores em cada município e fazer convergir os diferentes interesses para ações de consenso, após entender que os discursos coercitivos não lograram bons resultados, e que simplesmente proibir as queimadas não estava adiantando. Com a experiência em projetos ambientais, este programa aproximou-se de fato dos sujeitos sociais na ponta do processo produtivo e entendeu que em cada município deveria ser estabelecido um protocolo específico, a partir de acordos voluntários. Assim uma série de compromissos sobre uso e controle das queimadas foram estabelecidos. Mesmo não tendo valor legal, o compromisso assumido pelos participantes durante a realização dos Protocolos Municipais sobre Fogo foi efetivamente cumprido e fiscalizado pelas comunidades.

Através de compromissos simples como o estabelecimento de um cronograma de queimadas, alternativas de manejo de pastagem e agroflorestais, ações na área de saúde e educação, o programa conseguiu aglutinar pecuaristas, latifundiários, extrativistas, pequenos produtores para diminuir o fogo nos municípios em que foi implantado. Os produtores rurais descobriram ganhos no uso controlado da queimada e conheceram alternativas muito promissoras com a ajuda de parceiros que disponibilizaram cursos e tecnologias para uso nos municípios que dispunha de Protocolo de Uso do Fogo. Ademais, o programa forneceu placas solares para o possibilitar o uso de rádio em comunidades distantes, bem como o apoio tecnológico para que os comunitários pudessem,

através do rádio, se organizar e evitar o descontrole do fogo, durante as queimadas.

Particularmente efetivas foram as ações voltadas à saúde. Com muita criatividade percebeu-se que sendo o fogo uma ferramenta que continuaria a ser utilizada, o que poderia trazer a comunidade para o debate seriam os danos à saúde causados pela inalação da fumaça. Com esta "sacada", o programa pode ser implementado em municípios resistentes à entrada em "mais um programa de cunho ambiental". Isto se deu após diagnósticos locais sobre a percepção do uso do fogo, e diretamente com agentes de saúde que acompanham e registram os casos de doenças respiratórias, em áreas de incidência de fogo.

Em relação a esta ação, o Programa Fogo forneceu apoio quanto à capacitação de agentes comunitários de saúde através de parceria com o Hospital das Clínicas de São Paulo, também forneceu inaladores a postos de saúde dos municípios participantes, e produziu material educativo e campanhas que ajudaram a sensibilizar os agentes ainda relutantes em reduzir as emissões de gases tóxicos na atmosfera.

No âmbito direto da educação, o Programa Fogo realizou em escolas, de forma multidisciplinar, atividades pedagógicas a partir de resíduos de madeira, em parceria direta com as madeireiras. Em Marabá, no Pará, realizou parceria com a Prefeitura para introduzir o tema fogo no currículo do ensino fundamental. Ações como esta foram um excelente aprendizado para minha prática como docente, sobretudo em projetos de extensão. A coroação deste Programa, no ano de 2001, foi o recebimento do Prêmio Iniciativa Ambiental do Ano – prêmio da Fundação Ford - pelo reconhecimento de sua capilaridade e importância socioambiental, com o repasse de dez mil dólares, para a instituição vencedora.

Em relação ao Projeto Saúde e Alegria, registro a participação na iniciativa "Amazônia br", que foi a primeira macroexposição sobre Amazônia, através de uma estética totalmente produzida por profissionais da arte, povos tradicionais e indígenas e especialistas em questões socioambientais da Amazônia, no Sesc/Pompéia, em São Paulo, no período de julho à setembro de 2002.

A ideia foi retratar através de uma estratégia realista as experiências positivas e desafiadoras da Amazônia através de técnicas artesanais, danças, pinturas corporais e em cerâmica, cantos, rezas, infusões de ervas, música, poesia, shows, teatro, mostra de vídeos, painéis expositivos, oficinas, palestras.

O espaço do Sesc ficou ocupado, durante dois meses para execução desta mostra de forte impacto visual e possibilidade concreta de conhecer e dialogar com os representantes dos povos tradicionais e originários da Amazônia, que foram convidados para as diferentes seções que a mostra apresentava. Dois espaços que chamaram muito atenção foi a "câmara do fogo" – um cenário produzido para se ter a sensação de vivenciar esta realidade, e outro muito atrativo com as sementes das árvores do bioma amazônico.

Foi um trabalho árduo reunir todas as pessoas envolvidas, a maioria amazônidas que tiveram de se deslocar para São Paulo, e colaborar na logística para que o evento desse certo, além de selecionar e produzir os tópicos para apresentação nos painéis, que após "tratamento científico", ainda teriam que ser transformados em objetos visuais coerentes e apreciáveis.

O que ficou de aprendizado desta experiência, além do contato ampliado com o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, e dezenas de parceiros de vários setores, foi a possibilidade de trabalhar concretamente com recursos artísticos e estéticos no debate

de temas muitas vezes áridos e de pouco interesse, que me servem muito na minha atividade como docente.

Para finalizar esta seção faço um parêntese para destacar que em 2000, alcanço uma nova percepção sobre a vida, sobre a importância de deixar um legado para o planeta, sobre amor e compreensão, enfim, neste ano, a maternidade me trouxe novas perspectivas e forças para lutar por um mundo melhor.

CAPÍTULO 4

Trajetória a Partir de 2000

TRAJETÓRIA A PARTIR DE 2000

Neste item, trato do início de minha carreira docente, inicialmente com uma síntese da experiência no ensino básico, em São Paulo, e nas universidades em nível de graduação e pós-graduação em São Paulo e Brasília, e posteriormente, trato da experiência no ensino de graduação e pós-graduação na UFRR.

EXPERIÊNCIAS NO ENSINO BÁSICO E UNIVERSIDADES PRIVADAS

Minhas primeiras experiências no ensino básico foram em escolas públicas e privadas em São Paulo, num momento em que eu ainda estava cursando a graduação e efetivamente não me sentia preparada para assumir esta tarefa. Em duas escolas da rede pública, e em outras duas particulares, eu lecionei como professora substituta, durante pouco mais de dois anos, entre 1985-1988.

No curso de Geografia da USP, tínhamos uma formação bacharelesca, totalmente voltada a trabalhos empíricos e para a pesquisa. A licenciatura era realizada por dois anos na Faculdade de Educação da USP. Apesar da falta de conexão entre a Licenciatura e o Bacharelado, tive excelentes oportunidades de dialogar com professores que se dedicavam a esta área como a professora Marisia Buitoni, minha colega Glória Alves, também discente, à época, da USP, e a professora Nídia Ponstuschka.

Do curso de Licenciatura e da experiência de sala de aula no ensino básico, as professoras Nídia Nacib Pontushka e Marisia Buitoni foram importantes referências. Com a primeira, desenvolvi importante projeto de ensino de adultos num projeto em parceria com sindicatos da região metropolitana de São Paulo, entre

1993/1994. E, com a professora Marísia tive importantes ensinamentos durante meu estágio de Licenciatura, junto ao Colégio de Aplicação da USP.

Antes de ingressar na UFRR, atuei como docente em curso de graduação no curso de Licenciatura em Geografia, na União Pioneira de integração social/UPIS, em Brasília, durante os anos de 1999 a 2001, nas disciplinas de Introdução ao Pensamento Geográfico; Epistemologia do Conhecimento Geográfico; Fundamentos de Geografia Física e Humana Geral e do Brasil; Geografia da População e Geografia Regional.

A experiência na UPIS se deu num contexto de exigência de profissionais com cursos de pós-graduação, feita às universidades privadas. No entanto, sendo raro encontrar profissionais disponíveis em tempo integral naquela época, e pelo fato de a universidade não ter uma política de contratação em tempo integral, praticamente toda a nossa equipe de professores no curso de Geografia exercia outra função nos ministérios e demais órgãos em Brasília, o que nos permitia, além das aulas, uma troca extremamente rica em relação às experiências nesses órgãos.

No âmbito didático e pedagógico pude fazer as primeiras experiências de relacionar os conteúdos teóricos da Geografia com as práticas que eu vinha adquirindo ao longo dos anos nos projetos nos quais participei, ao mesmo tempo que passo a identificar com mais nitidez os desafios de integrar estes conhecimentos com as necessidades específicas de cada turma que fui assumindo. Em cada momento, a sensação era a de que tinha mais a aprender do que a ensinar, e esta preocupação sobre aprender a ensinar, vai nortear minha experiência didático-pedagógica, pois é uma relação dialógica complexa e condição básica para o trabalho docente.

Há um grande descompasso entre tudo o que aprendemos durante a formação acadêmica, o contexto em que aprendemos, e as

condições que tivemos, com a realidade enfrentada em sala de aula. Os conteúdos se mostram muito extensos e complexos, o contexto e interesses dos alunos numa sala de aula são múltiplos e a maioria não tem vivencia em ambiente acadêmico. Ciente desta situação, nos longos anos de minha formação e atividade como bacharel eu tinha claro que a docência exigiria um grande amadurecimento, e uma dedicação exclusiva, neste sentido, somente após longa experiência em setores do governo, em ONGs e empresas, eu tomo a decisão de ser docente com dedicação exclusiva.

Entre os anos de 2002 e 2003, fui contratada para lecionar no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Ambiental e Gestão dos Recursos Naturais da Universidade de Santo Amaro/UNISA, em São Paulo, nas disciplinas: Estrutura e Funcionamento dos Órgãos Ambientais no Brasil, e; Problemas Ambientais Contemporâneos e Alternativas de Desenvolvimento Sustentável. Nesta ocasião, estava formulando meu projeto para o doutorado, e esta troca, foi muito promissora uma vez que os discentes em sua maioria eram provenientes de órgãos ambientais e possuíam experiência em gestão, no contexto do Sudeste do Brasil, onde as temáticas e alternativas para a gestão ambientais apresentam substancial diferença em relação à Amazônia, que era o campo que eu mais atuava.

Assim, iniciei algumas pesquisas voltadas à poluição industrial, à contaminação hídrica, poluição urbana em geral e alternativas de gestão de resíduos sólidos para atender as necessidades da turma, e passamos a identificar as ações e instrumentos institucionais e legais para os municípios da região metropolitana de São Paulo. Essas pesquisas não puderam ser concluídas em função do início de minha carreira docente na Universidade Federal de Roraima, em 2004, mas tiveram grande relevância pelo debate e contato com um grupo muito engajado em ações de gestão, controle e alternativas ambientais em empresas e

órgãos desta área metropolitana, e também apontou algumas ideias para consolidar meu projeto de doutorado, iniciado na FFLCH/USP, em 2003.

ENCONTRANDO O NORTE: A VIDA EM RORAIMA PÓS 2004

Em 2004, a partir do Edital para contratação de docente na área de Geografia Humana na UFRR, surgiu a oportunidade de lecionar em Roraima. Viver na Amazônia era um propósito antigo tanto pela paixão pelo que a Amazônia representava em termos de seus povos e sua biodiversidade, como pelo desconforto em acompanhar projetos na Amazônia sem nunca ter vivido nesta região. Sempre ficava um vácuo na compreensão desta realidade multifacetada, conhecida e interpretada de modo tão especial, apenas por quem realmente vive e conhece de perto seus desafios.

Somente após viver em Roraima e fazendo parte de uma comunidade acadêmica de fronteira, tive a oportunidade de ampliar minha compreensão sobre a Amazônia, o Brasil e o mundo representado pelos diferentes povos que habitam este estado cosmopolita. Desde a chegada percebi que efetivamente estava numa aldeia global, por suas características estéticas, pela política debatida muito além fronteiras e divisas estaduais, pelos costumes, pela cultura institucional no âmbito da UFRR, totalmente desafiadora para mim.

Minha atuação profissional tendo sido basicamente em empresas privadas e consultorias teve que ser redirecionada para o serviço público e suas peculiaridades. Passo a fazer parte de uma comunidade diversa de migrantes de toda parte do país, em uma estrutura ainda muito incipiente para dar conta de um universo

extremamente rico para a atuação profissional. Até hoje, Roraima se apresenta como um Estado com muitos campos de pesquisa nunca estudados, é por assim dizer, um grande laboratório para o ensino, a pesquisa e a extensão, e este aspecto me ajudou a redefinir meu tema de pesquisa do doutorado, iniciada em 2003.

Quando iniciei o doutorado estava interessada em identificar as novas territorialidades a partir das transformações socioambientais na área do Compart (Consórcio dos Municípios Paraenses Alagados pelo Rio Tocantins), após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no entanto, ao ser aprovada no concurso para docente no curso de Geografia da UFRR, em 2004, imediatamente, percebi, vivendo em Roraima, que as Forças Armadas exerceram papel decisivo na estruturação deste estado, e que este tema ainda não estudado pela Geografia até aquele momento, poderia ser uma importante contribuição para este Estado.

O elo estabelecido entre as políticas de defesa e segurança e a Amazônia, como espaço socioambiental privilegiado destas políticas, já estava sendo discutido por especialistas de outras áreas, mas não ainda na Geografia. Neste sentido, minha pesquisa de doutorado, concluída em 2007, vai se complementar com uma série de pesquisas e publicações posteriores no âmbito da Geografia sobre a relevância do setor militar na estruturação e no ethos das cidades amazônicas.

Da mesma forma que o termo Geopolítica ficou proscrito no mundo e na Alemanha em particular, até meados da década de 1980, também no Brasil, o diálogo com o setor militar ficou travado pelos traumas dos vinte anos de ditadura. E, neste sentido, a academia não se voltava ao estudo desde setor como um parceiro estratégico no seu âmbito estrito de atuação.

Pudemos verificar que de fato a convergência da causa militar à causa ambiental e indígena em Roraima compõem uma

nova legitimidade dentro da estrutura centralizadora da União, agora combinada a novos atores em diferentes esferas. Neste sentido, Roraima entra para o centro do debate ambiental e militar por razões consideradas estratégicas, não apenas por sua posição geográfica, que a interconecta ao Caribe, a partir da fronteira com a Venezuela e a Guiana, mas também por ainda possuir áreas não incorporadas à economia do país, ricas em biodiversidade e em minérios.

A presença de povos indígenas de várias etnias, com seu ícone nos povos Yanomami – os mais isolados do planeta - também é um fator de relevante interesse para a nova geopolítica que se desenha no hemisfério sul do continente americano. Neste sentido, a pesquisa mostrou também que as ações de cunho socioambiental realizadas em Roraima, enquanto parte das funções complementares das Forças Armadas, não ocorrem sem uma disputa política onde convergem ONGs, Igrejas, instituições nacionais e internacionais, sendo, portanto, um cenário geopolítico complexo e multifacetado, concebido, em muitos aspectos, a milhas de distância, tanto assim que as Forças Armadas ainda têm papel importante no Estado, apesar do seu distanciamento corporativo , e do antagonismo em conciliar a hierarquia militar, com a gestão participativa, base do discurso hegemônico, desde os anos de 1990

PERCURSO ACADÊMICO: O ENSINO NA UFRR

Os primeiros anos de minha docência no curso de Geografia da UFRR foram marcados por uma transição de matriz curricular, com uma equipe de onze professores geógrafos e geólogos, ainda em capacitação de doutorado, inclusive eu, que tinha apenas cumprido as disciplinas do doutorado. Assim, para efetivar a transição da matriz curricular do curso de Licenciatura em Geografia, para um curso de Geografia com duas modalidades (Licenciatura e

Bacharelado), e dar conta destes dois cursos, tivemos que nos desdobrar para que não houvesse prejuízo aos discentes. Cada docente, à sua maneira, contribuiu deveras para que chegássemos no patamar no qual estamos hoje.

A transformação do anterior curso de Licenciatura para um curso em duas modalidades: Licenciatura e Bacharelado em Geografia, se deu através de uma brecha encontrada na Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, num momento em que o MEC já estava propondo o cumprimento de 2.400 horas para cada área de atuação profissional. Neste sentido, a proposta do nosso curso de duas modalidades, em apenas 2.900 horas era uma proposta muito interessante para reduzir o tempo de permanência do discente na graduação, e de fato atraiu muitos discentes para o curso, no entanto, antes de formarmos a primeira turma, já se iniciaram as solicitações para alteração desta proposta.

Por outro lado, uma vez que a profissão do geógrafo – regulamentada pela Lei Federal nº 6.664, de 26 de junho de 1979 - integra o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA-CREA), um novo complicador foi adicionado à implementação do curso, pois todas as demais profissões deste Conselho possuem o mínimo de 3.600 horas. Esta situação leva até hoje a disputa por competência no âmbito do Sistema Confea/Crea em nível nacional.

Em 2011, a estrutura do curso de Geografia, aprovada em 2004, teve que ser totalmente reformulada para dar início a dois cursos distintos: Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Geografia, tentando atender as demandas profissionais das duas áreas.

Durante os seis primeiros anos que atuei como chefe e coordenadora de curso obtive um grande aprendizado em contato direto com o DERCA (Departamento de Registros Acadêmicos da UFRR). Passei pela direção do Francinei, do saudoso professor

Fernando, e da atual diretora: Acácia. Com a equipe do DERCA, aprendi um pouco das entranhas da administração pública da universidade e dos grandes desafios para sanar entraves burocráticos peculiares a esta função.

No que concerne aos aspectos teóricos, conceituais e pedagógicos, a proposta do curso de Geografia em 2004 (BRASIL, 2006), quando entrei, estava muito mais voltada ao Bacharelado, com um corpo docente formado por bacharéis em Geologia e Geografia, havia uma nítida preferência pela atuação no Bacharelado, o que me fez perceber a necessidade de atuar com mais ênfase na Licenciatura, inclusive porque basicamente 90% dos alunos que atuam na área de formação, atuam como professores no Ensino Básico.

Apesar de grande parte de minha atuação anterior ter se dado no Bacharelado, considerei relevante ter a chance de atuar na formação de professores. Eu tinha sido selecionada para um curso de Licenciatura, à época em que ainda não havia o curso de duas modalidades. Assim, quando surgiu o PIBID na UFRR, em 2009, eu já estava participando da Comissão das Licenciaturas/PRODOCÊNCIA que encaminhou as propostas iniciais para o Programa de Iniciação à Docência/PIBID da UFRR. Esta experiência significou muito em termos de aprendizado para o ensino, a pesquisa, a extensão e também pela forte carga administrativa para gerir um grupo de aproximadamente trinta pessoas, entre discentes, professores supervisores das escolas e voluntários do programa. O intenso contato com todo este público, além dos colegas professores do IGEO e de outros cursos da UFRR e também pesquisadores e demais parceiros externos trouxe uma grande contribuição para minha formação profissional.

Na primeira edição do PIBID/Geografia 2011-2014, tive a oportunidade de contribuir com a professora Gersa Mourão - que coordenava o Subprojeto PIBID/Geografia - em vários projetos com

os discentes do curso de Licenciatura e com as escolas parceiras. A proximidade com as escolas e com o Ensino Básico ofereceu lições importantíssimas para refletir sobre as práticas em sala de aula, redirecionar as Pesquisas Aplicadas ao Ensino de Geografia[11], e contribuir para o debate do PPC do curso de Licenciatura.

Nos longos anos de docência, a quantidade de disciplinas que assumi foi, em geral, muito extensa, em alguns semestres chegando a ministrar cinco disciplinas, como: Introdução à Geografia, Geografia Política, Geografia da Amazônia, Geografia da População, Geografia Regional do Mundo, Geografia Econômica, Produção do Espaço Regional, Geografia do Brasil, Geografia das Populações Indígenas e Ribeirinhas, Estágios de Ensino, Estágio Supervisionado do Bacharelado, Geografia do Nordeste e Centro Sul, Geografia da Saúde, Princípios e Práticas de Educação Ambiental, Monografia, Geografia do Turismo e Lazer, Geografia do Mercado, dentre outras oferecidas a um ou outro aluno formando.

Posteriormente, entre 2014-2018, e 2020-2022, assumi a coordenação do PIBID/Geografia, atuando diretamente no Colégio de Aplicação da UFRR, e nas Escolas Estaduais: Costa e Silva, Girassol, Maria dos Prazeres, Olavo Brasil, Francisca Elzika e José de Alencar (Rorainópolis). Em cada uma dessas escolas as adversidades e diversidades encontradas permitiu aos oito discentes do curso de Licenciatura, em cada escola, ao supervisor – professor da escola, e a mim, enquanto coordenadora, uma experiência rica no sentido intelectual, humano e prático. Com os poucos recursos que dispúnhamos, conseguimos contribuir de alguma forma com a dura realidade de muitos jovens e crianças dessas escolas, e oferecer aos nossos alunos a oportunidade de iniciar a prática docente com o apoio que o Programa PIBID propiciava.

[11] Trabalho de Conclusão de Curso/TCC de Licenciatura, à época.

Ademais a experiência no PIBID me ajudou a transitar entre as diferentes temáticas na medida em que cada projeto desenvolvido junto às escolas parceiras exigia um aprofundamento teórico e uma metodologia voltados a um campo específico da Geografia. No âmbito das disciplinas que ministrei, consegui desenvolver dezenas de trabalhos de pesquisa, extensão e orientações nos diferentes temas amazônicos, notadamente, circunscritos ao território de Roraima.

Como eu sempre me identifiquei com o chão da sala de aula, a diversidade de disciplina no âmbito da Geografia me deu a chance de estar mais presente no cotidiano dos alunos, e ampliar deveras meus conhecimentos e leituras, embora o foco específico em uma linha de pesquisa tenha ficado prejudicado em algum momento, gerando um desconforto em relação às exigências da Capes quanto às publicações. No entanto, durante esses vinte anos de docência na UFRR, mantive o foco nas disciplinas Geografia da Amazônia e Geografia Política, trabalhando temas correlatos, nas diferentes disciplinas que atuei tanto na graduação, como na pós-graduação.

Contribui em vários cursos em disciplinas, módulos, temas contextuais em nível de graduação, pós-graduação, especialização, ensino técnico e cursos de extensão, através do Insikiran, Escola Agrotécnica, Leducar, PPGEO, PROCISA, PPGSOF e cursos de especialização. Alguns de forma bem pontual, em outros com dedicação maior, em vários momentos acadêmicos, eventos, bancas, dentre outras participações que se somaram ao meu aprendizado inter e multidisciplinar, e ampliaram o contato com os colegas de vários centros da UFRR.

Em cursos de pós-graduação, nos últimos dez anos, destaco a colaboração no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteira/PPGSOF, ministrando a disciplina Geopolítica, Meio Ambiente e Gestão do Território na Amazônia, entre 2014 e 2017, e co-orientação de dissertações de mestrado, e participação em bancas deste programa.

As primeiras experiências acadêmicas no campo da pós-graduação foram através de uma orientação de mestrado junto ao PRONAT, em 2005. Seguiram-se orientações no curso de Especialização em Segurança Pública, co-orientações junto ao PROCISA e PPGSOF, e atualmente, tenho me dedicado mais especialmente ao curso de Pós-graduação em Geografia - PPG-GEO, para fortalecer este Programa, mais afeito à minha área de formação e pesquisa.

No PPG-GEO, as disciplinas Dinâmica Territorial na Amazônia e Território e Mobilidade na Amazônia, abriram um campo importante para minha atuação na pesquisa e extensão, em vários projetos e grupos de pesquisa nos quais participo e coordeno.

A orientação e co-orientação de trabalhos de conclusão de curso, de mestrado, de especialização e de iniciação científica, me permitiram um olhar atento para os temas locais e fomentaram debates e eventos em vários níveis. Estive na liderança de vários projetos cadastrados na UFRR, e dois deles cadastrados como Grupo de Pesquisa na Plataforma do CNPq: os projetos “Povos, cultura e cidadania na fronteira norte do Brasil”, e “Geopolítica e Modernização na Amazônia Setentrional”, ambos ensejaram vários debates, grupos de leitura e ações de campo, através do Laboratório de Gestão Territorial da Amazônia, coordenado por mim desde 2008 e com várias participações em eventos e publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradeço à UFRR pela oportunidade de atuar em uma área de fronteira com tantos desafios e possibilidades para aprofundar a compreensão de uma região que ainda está sendo desvendada para o país e para o mundo, e que apresenta uma riqueza ímpar em termos culturais e de sociobiodiversidade.

Tenho vivenciado o chão da sala de aula em toda pluralidade que a Amazônia pode apresentar, com alunos de distintas localidades e realidades sociais. Alguns já formados e/ou com grande experiência profissional, outros, exigindo uma abordagem peculiar por estarem iniciando a leitura e produção de textos acadêmicos, o que me impulsiona a repensar constantemente a metodologia e desenvolver práticas pedagógicas para atingir a todos.

O compromisso com a formação cidadã tem sido minha prioridade como docente da UFRR. Fui compreendendo a importância desse trabalho especial que desenvolvemos na universidade, desse trabalho que não aparece na mídia, que não é prestigiado como deveria, mesmo, às vezes com a sensação de impotência frente aos desafios da educação pública no Brasil. A maior gratidão é de fato poder contribuir na formação daqueles que possuem na universidade sua única opção de inserção social. Isto é o que me motiva a continuar nesta jornada.

A experiência com o PIBID deu a chance de testar diferentes metodologias, de realizar dezenas de pesquisas voltadas aos temas selecionados em conjunto com os bolsistas discentes e supervisores nas escolas, e de atuar na extensão de diferentes maneiras, além de um extenso trabalho administrativo, para acompanhar uma equipe que sempre se revezava, composta de vinte e quatro discentes, três supervisores e alunos voluntários, em seus trâmites no acompanhamento de bolsas junto à Capes.

O PIBID foi um aprendizado coletivo junto aos colegas de outras licenciaturas da UFRR, e aos colegas do Departamento de Geografia, que sempre apoiaram suas atividades de diferentes maneiras. As experiências obtidas pelos bolsistas do PIBID possibilitaram o desenvolvimento de trabalhos de conclusão do curso, de dissertações de mestrado e de atuação direta de ex-bolsistas aprovados em concursos como professores de Geografia.

Apesar desses resultados, em sua maioria não terem sido consubstanciados em publicações de periódicos com Qualis, tenho muito orgulho de saber que valeram como atividade inicial de ensino, pesquisa e extensão para os discentes que hoje atuam como professores ou como bacharéis em órgãos públicos e privados, e, em organizações não governamentais.

Diante do cotidiano do curso, em suas tarefas de reuniões, atualização de PPP, comissões, eventos, além das orientações e das aulas, ao longo desses anos de atuação na UFRR, fui acumulando e rabiscando vários *papers* inacabados. Esse é um projeto que espero dar andamento com a maturidade que este momento representa em minha vida, com o aprendizado que obtive nesta caminhada vivendo em Roraima e atuando na UFRR, tendo meu lugar de fala também enquanto mulher e mãe, participando como cidadã nas lutas cotidianas dessa realidade fronteiriça.

Assim, considero uma escolha sábia ter privilegiado o atendimento ao ensino e à estruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso/PPC, só assim, pudemos ampliar nossa oferta de cursos, e conseguimos hoje ter dois cursos com nota 5 (cinco): os cursos de Bacharelado e Licenciatura EAD em Geografia. Além de termos os cursos de Licenciatura em Geografia em processo de aprovação final do PPC; e os cursos de mestrado em Geografia/PPG-GEO, e mestrado profissional – ProfÁgua, em parceria com outros cursos da UFRR, com nota 4 (quatro), isto tudo com uma equipe de treze professores efetivos, atualmente.

Na pesquisa, coordenei projetos e programas, que resultaram em diversas monografias, orientações e coorientações de mestrado. No âmbito das publicações publiquei artigos, capítulos de livros e resumos, em sua maioria em coautoria com discentes de graduação e Pós-Graduação, por entender a importância de incentivar e abrir espaço acadêmico para este público. Participei de vários eventos, através de comunicação oral, palestras, coordenação de grupos de trabalho, oficinas e minicursos.

Sou imensamente grata por esta jornada de construção coletiva de uma universidade pioneira no extremo norte do país. Ao longo de minha trajetória de quarenta anos de experiência acadêmica e profissional, a metade deste tempo dedicados ao trabalho na UFRR, tenho a grata satisfação de poder sintetizar e refletir sobre esta experiência que espero ser satisfatória para merecer a progressão para o título de Professora Titular na Universidade Federal de Roraima.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. "O Zoneamento Ecológico-Econômico e a multiplicidade de ordens sócio-ambientais". **Seminário "Avaliação de Metodologia do ZEE para a Amazônia"**. Manaus: MMA, 2000.

ALMEIDA, M. W. B. "Populações tradicionais e o zoneamento na Amazônia". **Seminário "Avaliação de Metodologia do ZEE para a Amazônia"**. Manaus: MMA, 2000.

ALVES, C. L. E. (org.) **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças**. Boa Vista: Editora da UFRR, 1997.

AMIGOS DA TERRA. **Amazônia Brasileira**: Debate sobre as políticas públicas para Amazônia na Imprensa Brasileira. Belém: Amigos da Terra, 1998.

BARBOSA, R. I. "Ocupação Humana em Roraima". **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, vol. 9, n. 1, 1993.

BECKER, B. "A geografia e o resgate da geopolítica". **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 50, n. 2, 1988.

BECKER, B. "Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia". *In*: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O (orgs.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UnB, 1990.

BECKER, B. "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica". *In*: BECKER, B.; MIRANDA, M. A **Geografia Política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

BECKER, B. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

BECKER, B.; EGLER, C. (coords.). **LAGET/UFRJ – Laboratório de Gestão do Território. Detalhamento da Metodologia para Execução do ZEE na Amazônia**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1996.

BRANDT COMMISSION. **North-South**: a programme for survival. Report of the Independent Commission on International Development Issues under the Chairmanship of Willy Brandt. London: Pan Books, 1980.

BRASIL. **Programa piloto a proteção das florestas tropicais no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <www.mma.gov.br>. Acesso em: 12/07/2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 3, de 18 de dezembro de 2002**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/07/2024.

BRASIL. **Resolução n. 004, de 23 de fevereiro de 2006**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 23/10/2019.

BRASIL. **Resolução n. 020, de 26 de março de 2014**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/05/2024.

BURSZTYN, M. **Estado e meio ambiente no Brasil**: desafios institucionais. O Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1983.

CARLOS, A. F. C. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994.

CASTRO, C. **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. **Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979**. Brasília: Planalto, 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/07/2024.

BURSZTIN, M. **Para Pensar O Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 1993.

HAESBAERT, R. "'Gaúchos' e baianos no 'novo' nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais". *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R. "Identidades territoriais". *In*: CORRÊA, R. L.; ROSENDABL, Z. **Geografia cultural - manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERG, 1999.

HARBECK, K. **Die Zeitschrift fur Geopolitik 1924-1944** (Doktorarbeit). Kiel: Universität zu Kiel, 1963.

HAUSHOFER, A. "Zur Problematik des Raumbegriffes". **Zeitschrift für Geopolitik**, vol. 9, 1932.

HAUSHOFER, H. “Das Problem des sozialen Raumes”. **Zeitschrift für Geopolitik**, vol. 12, 1934.

HAUSHOFER, K. “Atemweite, Lebensraum und Gleichberechtigung auf Erden!”, **Zeitschrift für Geopolitik**, vol. 11, 1934.

HAUSHOFER, K. “Geopolitik als Grundlage jeder Raumordnung”. **Zeitschrift für Geopolitik**, vol. 15, 1936.

HAUSHOFER, K. “Geopolitische Einflüsse bei den Verkörperungsversuchen von nationalem Sozialismus und sozialer Aristokratie”. **Zeitschrift für Geopolitik**, vol. 5, 1924.

HAUSHOFER, K. (org.) **Bausteine zur Geopolitik**. Berlin: Grunewald, 1928.

JACOBSEN, H. **Karl Haushofer**: Leben und Werk (Doktorarbeit). Bonn: Universität Bonn, 1979.

KLEINSCHMAGER, R. “Géographie et Idéologie Entre Deux Guerres: La Zeitschrift für Geopolitik 1924-1944”. **L’Espace Geographique**, n. 1, 1988.

KORINMAN, M. **Quand L´Allemagne pensait le monde**. Paris: Fayard, 1990.

KOST, K. **Die Einflusse der Geopolitik auf Forschung und Theorie der Politischen Geographie von ihren Anfangen bis 1945** (Doktorarbeit). Bonn: Universität Bonn, 1988.

LEINER, P. C. “O Exército e a questão amazônica”. **Estudos Históricos**, n. 15, 1995.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da USP, 1999.

MANCIN, R. C. **Estado e sociedade na busca do desenvolvimento sustentável em projetos demonstrativos** (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2001.

MARTINS, P. G. **Um dia na vida de um brasilino**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

MELLO, N A. **Políticas Públicas Territoriais na Amazônia Brasileira**: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento 1970 – 2000 (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. "PPG7 – duas décadas de apoio a proteção das florestas brasileiras". **Portal Eletrônico do Ministério do Meio Ambiente** [2009]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 23/10/2015.

MOREIRA, R. "Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988)". **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 1, n. 14, 2020.

NITSCH, M. "O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos". **Estudos Avançados**, n. 46, 1987.

OLIVEIRA, E. R. **Democracia e Defesa Nacional**. São Paulo: Editora Manole, 2005.

PASSARGE, S. **Die Grundlagen der Landschaftskunde**. Hamburg: Beschreibende Landschaftskunde, 1919.

PASSARGE, S. **Die Landschaftsgürtel der Erde**. Breslau: Natur und Kultur, 1923.

REDWOOD III, J. "World Bank approaches to the environment in Brazil". **A review of selected projects**. Washington: The World Bank, 1993.

RIBEIRO, W. C. **A ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RÖSSLER, M. "Géographie et National-Socialisme". **L´Espace Géographique**, n. 1, 1988.

SANDNER, G. "Mitteleuropa als Kultur-Landschaft". *In*: STEGER, H. A.; MORELL, R. (orgs.). **Ein Gespenst geht um**:... Mitteleuropa. Munique: Theo Eberhard, 1987.

SANDNER, G. "Recent advances in the history of German Geography 1918-1945". **Geographische Zeitschrift**, vol. 76, n. 2, 1988.

SANTOS, N. P. D. **Políticas Públicas, Economia e Poder**: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA, 2004.

SCHÖLLER, P. (1957) "Wege und Irrwege der Politischen Geographie und Geopolitik". *In*: MATZNETTER, J. (org.). **Politische Geographie**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellchaft, 1977.

SCHULTZ, H. **Die deutschsprachige Geographie von 1800 bis 1970** (Dissertation in Geographie). Berlin: Universität Berlin, 1980.

SILVA, A. B. “A Geopolítica alemã na República de Weimar: o surgimento da Revista de Geopolítica”. **Estudos Geográficos**, vol. 1, n. 2, 2003.

SILVA, A. B. “A renovação da Geografia na Alemanha nas primeiras décadas do século XX”. **Revista Acta Geográfica**, vol. 1, 2007.

SILVA, A. B. “História da geografia e da geopolítica: tabus e problemas”. *In*: SANTOS, M. **O novo mapa do mundo**. São Paulo: USP, 1995.

SILVA, A. B. **Do povo sem espaço ao espaço sem povo**: análise da Zeitschrift für Geopolitik, durante a República de Weimar (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 1996.

SILVA, A. B. *et al*. “Wittfogel”. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n. 20, 1992.

SILVA, A. B. “A nação, o estado/nação e o território a partir dos estudos dos geopolíticos alemães”. **Actas Latinoamericanas de Varsovia**, Tomo 15 Del Grupo de Trabajo Estudios regionales del Consejo Europeo de Investigaciones Sociales sobre América Latina – CEISAL.

TROLL, C. “A Geografia científica na Alemanha no período de 1933 a 1945”. **Boletim Geográfico**, vol. 8, 1950.

WITTFOGEL, K. A. “Die natürlichen Ursachen der Wirtschaftsgeschichte”. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, vol. 67, 1932.

WITTFOGEL, K. A. “Geopolitik, Geographischer Materialismus und Marxismus (Geopolítica, materialismo geográfico e marxismo)”. **In Unter dem Banner des Marxismus**, vol. 3, 1929.

WORLD BANK. **Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest**. **Review of institutional arrangements**. Brasília. World Bank, 1999.

WORLD BANK. **Resolution of the board on executive directors of the World Bank. Establishment of the Rain Forest Trust Fund**. Washington: World Bank, 1992.

WORLD BANK. **Toward an environment strategy for the World Bank Group**. Progress Report. Washington: World Bank, 2000.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Altiva Barbosa da Silva

É bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio de estudo em Berlin e Hamburgo na Alemanha. Doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular da Universidade Federal de Roraima (UFRR), atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Coordenadora do Laboratório de Gestão Territorial da Amazônia (LAGETAM/IGEO/UFRR).

E-mail para contato: altiva.barbosa@ufrr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2026